

Quem disse ?

«Produzir mais cuidados, orientados para mais e melhores ganhos em saúde, está ao nosso alcance»

António Correia Campos
Público, 23 de Outubro



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Recenseamento eleitoral

Governo estuda novo regime e elimina fantasmas

Mais de 125 mil «eleitores-fantasma» foram já eliminados dos cadernos eleitorais. Entretanto, o Executivo estuda a possibilidade de instituir «o recenseamento automático» a partir dos 18 anos de idade.

Estas foram as principais novidades avançadas, no dia 23, pelo secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, num colóquio, realizado em Lisboa, sobre o «Recenseamento eleitoral e a abstenção em Portugal».

«Da operação de actualização do recenseamento eleitoral (de Março e Agosto deste ano) resultou a eliminação de 125.606 inscrições», especificou Pereira, acrescentando que 90,3 por cento destes casos correspondiam a eleitores com mais de 70 anos que já tinham falecido.

Assegurando que actualmente «existe um recenseamento eleitoral mais fidedigno», o governante admitiu, no entanto, que ainda vai haver abstenção técnica nas próximas eleições (autárquicas) porque «há sempre eleitores que não são eliminados».

Esta abstenção (técnica), acrescentou, deverá situar-se nos dois por cento, um valor «muito, muito mais baixo» do que o verificado nas últimas eleições presidenciais.

Actualizado o recenseamento e melhorado o processo de transmissão de informações sobre pessoas falecidas, Rui Pereira adiantou que «o passo seguinte» será o de instituir o «recenseamento automático», abdicando-se «dos procedimentos burocráticos».

«A pessoa, não ferida de incapacidade (como sentença condenatória), quando fizer os 18 anos fica automaticamente recenseada», explicou o governante, adiantando que este projecto «está ainda em fase de estudo».

NA CIMEIRA DE GENT, GUTERRES DEFENDE UMA POLÍTICA MAIS EXPANSIONISTA

ULTRAPASSAR A CRISE



O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu, no dia 19, que a autoridade monetária dos países membros do euro (os Quinze menos o Reino Unido, Suécia e Dinamarca) deveria promover uma política mais expansionista através de uma redução das taxas de juro.

António Guterres, que falava durante a reunião dos chefes de Estado e de Governo realizada em Gent (Bélgica), dominada pela análise da situação económica, manifestou uma «confiança prudente» em relação à capacidade de resposta da União Europeia às actuais dificuldades económicas, no quadro da crise internacional.

Internacional

Gama afirma Educação é a prioridade da cooperação portuguesa em Timor



Mari Alkatari e Xanana Gusmão estão em Portugal para discutir o futuro de Timor. Os dois dirigentes multiplicam-se em contactos com as autoridades portuguesas e sociedade civil, recolhendo apoios para o processo de reconstrução e restauração da independência em Timor-Leste, numa semana marcada também pelo lançamento em Lisboa do livro «Autodeterminação em Timor-Leste», de Ian Martin, e da apresentação do filme «Timor Lorosae – O Massacre que o Mundo Não Viu», da actriz brasileira Lucélia Santos.

Sociedade & País

Paulo Pedrosa afirma Sistema está garantido para todo o século XXI



O sistema público de Segurança Social está bem e recomenda-se. Nas «condições económicas e sociais previsíveis», o sistema português de Segurança Social tem um «horizonte de garantia de futuro por todo o século XXI», assegurou na semana passada, no Porto, o ministro do Trabalho e da Solidariedade.



Guterres apela a uma política mais expansionista

Um dos temas centrais da reunião dos chefes de Estado e de Governo dos Quinze foi a análise da situação económica. A reunião informal, que aconteceu no final da passada semana em Gent, na Bélgica, mostrou o quanto a Europa está preocupada com a crise mas empenhada no relançamento das suas economias. Isso mesmo ficou expresso nas declarações de vários governantes que manifestaram esperança em novos gestos do Banco Central Europeu (BCE) tendentes ao relançamento das suas economias.

Presente na Cimeira, o primeiro-ministro português, António Guterres, sugeriu mesmo que a autoridade monetária dos países membros do euro – os Quinze menos o Reino Unido, Suécia e Dinamarca – deveria promover uma política mais expansionista através de uma redução das taxas de juro. «Achamos que há margem de manobra para uma política monetária mais favorável ao crescimento e à criação de riqueza e emprego», adiantou.

Idêntica posição manifestou o ministro belga das Finanças e presidente do Eurogrupo, ao afirmar que o Banco Central Europeu tem a possibilidade de baixar as suas taxas de juro «nas próximas semanas ou meses». Também Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia, alinhava pelo mesmo diapasão ao afirmar que o Executivo comunitário «procura criar as condições de uma política monetária com vista à expansão», mas não vai intervir nas decisões do Banco Central Europeu, já que este é uma instituição independente, cujo objectivo primeiro é manter a estabilidade dos preços no conjunto da Zona Euro. Recorde-se, no entanto, que desde o início do ano, o BCE já reduziu três vezes o custo do dinheiro.

Na declaração final da Cimeira de Gent, sobre a situação económica pode ler-se que «uma nova melhoria nas perspectivas de inflação e a manutenção da moderação salarial irão proporcionar margem de manobra para a política monetária». Esta posição é corroborada por Wim Duisenberg, presidente do BCE, ao afirmar que haverá uma «margem de manobra» para a baixa de taxas de juro quando a inflação diminuir para valores inferiores a dois por cento.

Para o primeiro-ministro, António Guterres, a declaração final dos Quinze, saída da Cimeira de Gent, vem ao encontro da política económica definida pelo Executivo ao afirmar que para ele há «uma grande coincidência entre as posições dos chefes de Estado e de Governo aqui presentes e aquilo que é hoje a estratégia de política económica e financeira do Governo português: uma grande prioridade ao investimento público e privado para sustentar o crescimento, uma preocupação no sentido de combinar uma redução progressiva da inflação, um clima de moderação salarial com a criação de margem de manobra para uma política monetária mais favorável ao próprio crescimento económico».



COMISSÃO NACIONAL ELEGE COMISSÃO POLÍTICA

Na sua primeira reunião após o V Congresso a Comissão Nacional ia eleger a Comissão Política, onde seriam igualmente escolhidos o gestor do Partido e os directores dos órgãos da Imprensa oficial do PS. Esta era a notícia principal da edição de 27 de Outubro do «Acção Socialista».

O 5º aniversário da UGT, o Congresso da JS agendado para 3, 4 e 5 de Fevereiro; o texto integral das alterações aos Estatutos do PS; um editorial sobre a questão de Vizela; vários textos sobre as autarquias PS, a aprovação pela AR de um voto de congratulação pela atribuição do Nobel a Lech Walesa; eram algumas das notícias desta edição do órgão oficial do PS.

Os camaradas Geleate Canau, Maria dos Anjos Claro e António salgueiro Torniano assinavam artigos de opinião sobre temas da actualidade.

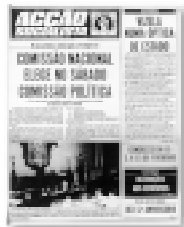
J. C. C. B.

27 de Outubro

Quem disse?

«O que convém ao País é um ordenamento territorial que esteja à altura de defender eficazmente os interesses das populações»

Rodolfo Crespo



Anthrax

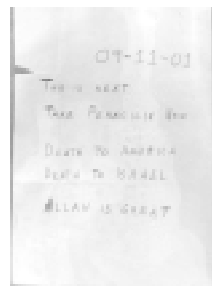
Guterres apela à calma contra alarmes falsos

O primeiro-ministro, António Guterres, apelou aos portugueses para estarem tranquilos em relação a eventual contaminação com anthrax, porque «todos os alarmes» foram «rebates falsos».

«A grande razão para podermos tranquilizar os portugueses é que todos os alarmes existentes tiveram resultados nulos e nenhum teve por base actos terroristas», afirmou Guterres, sexta-feira 19, a saída de uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio.

O chefe do Executivo voltou a frisar que «foram adoptadas todas as medidas de segurança» e apelou às pessoas que não se deixem afectar por «falsos alarmismos», porque, sustentou, «é isso que os terroristas querem».

Ao Presidente da República, António Guterres disse que irá transmitir, amanhã, na



«reunião dos chefes da União Europeia, a disponibilidade de Portugal para participar no combate ao terrorismo».

Cooperação Portugal/Venezuela

Sampaio atento a temas económico-sociais

O Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou, no dia 18, que a preocupação com a segurança não deve fazer esquecer os temas económicos e sociais.

No jantar em honra do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que terminou sexta-feira uma visita a Portugal, Sampaio considerou que «o consenso internacional que se gerou depois dos ataques terroristas nos Estados Unidos, de 11 de Setembro, deve ser preservado e reforçado de modo a afirmar o primado do direito internacional». «A preocupação com a segurança, crescente após os ataques terroristas, não deve levar à

marginalização dos temas económicos e sociais», defendeu o chefe de Estado.

Jorge Sampaio sustentou que a «globalização é um processo imparável, que comporta riscos e oportunidades», mas «a comunidade internacional teria a ganhar com uma maior regulação da vida internacional, nos planos económico e financeiro». Dirigindo-se ao Presidente Chávez, Sampaio defendeu a necessidade de «forjar parcerias entre espaços regionais», reiterando o «interesse de Portugal no reforço das relações entre a União Europeia e a América Latina».

Porto

Manoel Oliveira e Marta Rafael mandatários de Fernando Gomes

O realizador Manoel de Oliveira e a atleta Marta Rafael, cuja carreira foi interrompida em 1996 devido a um acidente em competição, são os mandatários da candidatura de Fernando Gomes à Câmara do Porto.

«Entre a Marta e o Manoel de Oliveira há muito em comum», disse o candidato na apresentação dos mandatários, apontando o «amor à cidade», a «forma de estar na vida» e de «reagir às adversidades da vida» dos dois.

Marta Rafael, mandatária para a Juventude, é a «porta-voz da inquietude dos jovens, mas também dos portadores de deficiência para quem não temos olho devidamente», disse Gomes.

A cidade do Porto «não acautelou até hoje muitos daqueles que são os grandes problemas dos portadores de deficiência», considerou o candidato, lembrando a existência de apenas seis semáforos com

sinal sonoro para invisuais e da maior parte das rampas existentes nos passeios públicos serem «impróprias» para deficientes.

Gomes assumiu que no próximo mandato, caso seja eleito, procurará fazer «desaparecer da cidade» uma «grande quantidade dessas barreiras arquitectónicas», anunciando a criação de um «gabinete técnico» para analisar a situação e fazer propostas de resolução dos problemas.

Sobre Manoel de Oliveira, Gomes considerou-o um «grande símbolo da cidade».

O Porto precisa de «manter a sua identidade, ao nível dos espaços públicos, dos equipamentos, mas também da memória da cidade».

«É preciso renovar, mas sem descaracterizar», acrescentou o candidato socialista.

BÉLGICA

Cimeira

GUTERRES DEFENDE UMA POLÍTICA MAIS EXPANSIONISTA PARA ULTRAPASSAR A CRISE

O primeiro-ministro, António Guterres, defendeu, no dia 19, que a autoridade monetária dos países membros do euro (os Quinze menos o Reino Unido, Suécia e Dinamarca) deveria promover uma política mais expansionista através de uma redução das taxas de juro. António Guterres, que falava durante a reunião dos chefes de Estado e de Governo realizada em Gent (Bélgica), dominada pela análise da situação económica, manifestou uma «confiança prudente» em relação à capacidade de resposta da União Europeia às actuais dificuldades económicas, no quadro da crise internacional.



Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze, reunidos informalmente, não esconderam que esperam novos gestos do Banco Central Europeu (BCE) tendentes ao relançamento das suas economias.

«Achamos que há margem de manobra para uma política monetária mais favorável ao crescimento e à criação de riqueza e emprego», disse o primeiro-ministro

português.

Numa declaração sobre a situação económica, divulgada no final da Cimeira de Gent, os Quinze referem que «uma nova melhoria nas perspectivas de inflação e a manutenção da moderação salarial irão proporcionar margem de manobra para a política monetária».

O presidente do BCE, Wim Duisenberg, mostrou-se «satisfeito» com a declaração e explicou que só haveria uma «margem de manobra» para a baixa de taxas de juro quando

a inflação diminuísse para valores inferiores a dois por cento.

António Guterres também realçou o que para ele é «uma grande coincidência entre as posições dos chefes de Estado e de Governo aqui presentes e aquilo que é hoje a estratégia de política económica e financeira do Governo português».

«Uma grande prioridade ao investimento público e privado para sustentar o crescimento, uma preocupação no sentido de combinar

uma redução progressiva da inflação, um clima de moderação salarial com a criação de margem de manobra para uma política monetária mais favorável ao próprio crescimento económico», explicou.

Os líderes europeus reafirmam ainda o empenho da UE à «estratégia de Lisboa» e pedem ao Conselho que acelere os trabalhos tendentes à sua realização.

Em Março de 2000, os Quinze reuniram-se numa cimeira em Lisboa, durante a presidência portuguesa, e decidiram como objectivo geral da sua política económica tornar, até 2010, a UE na economia mais dinâmica do mundo.

Os líderes europeus também aprovaram uma declaração sobre a preparação para a introdução das notas e moedas em euro a partir de 1 de Janeiro de 2002.

No documento constata-se que essa preparação decorre a um bom ritmo e assinalam algumas preocupações.

Os Quinze pretendem que se «acelere» o trabalho de preparação, principalmente nas autarquias e pequenas e médias empresas de menos de 50 pessoas.

Finalmente, os chefes de Estado e de Governo avisam que os «actores económicos» que se aproveitarem da situação para aumentar os preços de produtos «serão denunciados».

J. C. C. B.

BÉLGICA

Cimeira

EXTRADIÇÃO PARA OS EUA CONDICIONADA À CONSTITUIÇÃO DE CADA ESTADO

Os líderes políticos europeus afastaram no dia 19, em Gent, Bélgica, a possibilidade de haver uma harmonização dos processos de extradição entre os Quinze e os Estados Unidos, no âmbito da luta comum contra o terrorismo.

A instrução desses processos fica condicionada à ordem constitucional de cada Estado-membro, informou o primeiro-ministro português num intervalo da Cimeira informal de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) - onde a luta contra o terrorismo era um dos temas principais da agenda de trabalho.

A existência da pena de morte nos EUA constitui o grande obstáculo a essa harmonização com os Quinze.

Ainda em relação ao terrorismo, António Guterres voltou a desvalorizar o encontro entre a França, a Alemanha e o Reino Unido, insistindo que o importante reside nas decisões tomadas pelo conjunto dos Quinze.

E o presidente da Comissão Europeia, acrescentou Guterres, disse ter recebido uma declaração formal da França e do Reino Unido

de que apenas tinham sido tratadas «questões técnicas alheias» ao conteúdo da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UE.

Quanto às operações militares em curso no Afeganistão, os líderes políticos europeus reafirmaram o seu apoio aos EUA e ao Reino Unido, precisando que o seu objectivo

continua a ser o de destruir a organização terrorista Al-Qaida.

Já quanto ao futuro, a União defende a existência de um Governo estável e representativo das populações afegãs - o que significa aceitar a presença nesse Executivo de representantes da maioria

étnica pastune, a que pertencem os talibãs.

A necessidade de não aumentar o alarmismo existente em torno das ameaças químicas e bacteriológicas obrigou a um grande cuidado na formulação do ponto 5 da declaração final da Cimeira sobre terrorismo, segundo fontes comunitárias.

Nesse sentido, e depois de se sublinhar que na Europa ainda não se detectou qualquer atentado daquela natureza, é reafirmado o esforço de vigilância acrescida em torno dessas ameaças e a exigência de uma estreita cooperação entre os serviços secretos europeus, bem como de Polícia, de Protecção Civil e de Saúde.

Os Quinze afirmaram ainda a vontade de punir «os irresponsáveis» por falsos alarmes, através do agravamento das sanções penais aplicáveis a esses casos.

Também vão elaborar um programa de medidas para melhorar a cooperação em matéria de avaliação de riscos, de alerta e intervenção, de armazenamento de meios e de investigação - visando a detecção e investigação dos agentes infecciosos e tóxicos e a prevenção e tratamento das agressões químicas ou biológicas.

Paz no Médio Oriente exige «pressão decidida» dos Quinze e dos EUA

O processo de paz no Médio Oriente exige «uma pressão decidida» da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos para as partes regressarem ao diálogo, defenderam em Gent, Bélgica, os líderes políticos europeus.

Só uma pressão «sem paliativos» de europeus e norte-americanos permitirá que se «retorne o diálogo» entre israelitas e palestinianos, enfatizou o primeiro-ministro português.

António Guterres foi um dos Chefes de Estado e de Governo dos Quinze que falaram sobre o processo de paz no Médio Oriente, onde a UE - e em particular o seu Alto Representante para a Política Externa, Javier Solana - se empenharam a fundo ao longo dos últimos meses para sentar as partes à mesa das negociações.

O processo de paz tornou-se ainda mais difícil com os atentados mortais dos últimos dias, tanto do lado israelita como dos palestinianos.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

Polis chega aos Açores

O ministro do Ambiente iniciou, no dia 22, segunda-feira uma deslocação aos Açores, onde assinou, em Angra do Heroísmo, um protocolo no âmbito do programa de recuperação de centros urbanos «Polis» para a cidade. O acordo, assinado por José Sócrates, prevê investimentos em Angra do Heroísmo na ordem dos três milhões de contos (15 milhões de euros), 23 por cento dos quais suportados pelo Ministério do Ambiente e o restante pelo município local.

O projecto Polis para Angra do Heroísmo, cidade património mundial da UNESCO, inclui a requalificação urbanística de áreas como o Pátio da Alfândega e dos jardins dos Corte-Reais e do Corpo Santo, bem como de diversas praças citadinas. Inclui ainda a apoios para melhorias na rede de saneamento básico e para a instalação de pontos de recolha selectiva de resíduos sólidos.

José Sócrates desloca-se, na terça-feira, a Ponta Delgada, para assinar com o Governo Regional protocolos nas áreas da conservação da natureza, da gestão de resíduos e dos recursos hídricos.



DEFESA

Reassumir empresas militares

O ministro da Defesa, Rui Pena, anunciou, no dia 19, que vai reassumir a tutela das empresas militares, actualmente geridas pelo IPE (Investimentos e Participações do Estado). «Vou fazê-lo hoje, pôr os pontos nos is relativamente ao IPE e dizer assim, "não meus senhores, passem muito bem, eu vou assumir novamente no Ministério da Defesa as empresas militares"», disse Rui Pena, durante uma sessão de perguntas, no Parlamento, sobre reorganização e futuro para os estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

À saída, Pena acrescentou que não tem que «sofrer as consequências de uma má gestão, não dispo de pedais, do volante e do travão» para evitar o que disse ser um previsível acidente.

Entre as empresas militares geridas pelo IPE contam-se a OGMA, INDEP, IDD e SPEL, entre outras.

Durante a sessão de perguntas, Rui Pena defendeu que o Arsenal tem que «continuar a ter uma função de arsenal relativamente à Marinha», adiantando, no entanto, que «grande parte dessa função de excelente qualidade tem vindo a ser perdida paulatinamente».

«Vou pôr um ponto final nessa degradação», disse o ministro, que anunciou a existência de um plano que «visa uma ligação entre todos os estabelecimentos que têm uma palavra a dizer sobre a construção e a manutenção naval».



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Escolas de Santarém ligadas à Internet

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presidiu, no dia 19, à assinatura de um protocolo que formaliza a ligação à Internet das 482 escolas do primeiro ciclo do ensino básico de Santarém.

O protocolo foi celebrado entre o Ministério da Ciência e da Tecnologia e as 21 câmaras municipais do distrito de Santarém.

Lançado em 1996, o Programa Internet na Escola insere-se no quadro das iniciativas governamentais orientadas para a Sociedade da Informação.

Concluído o equipamento de todos os estabelecimentos de ensino entre o 5º e o 12º ano (1.747) com computadores multimédia com ligação à Internet, este programa está a utilizar a extensão da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS) às 8690 escolas do primeiro ciclo, um trabalho já concluído em perto de sete mil.

Após a assinatura do protocolo, Mariano Gago desloca-se a Torres Novas, onde visitou a antiga central hidroeléctrica «Edifício do Caldeirão», e a Tomar, onde percorreu o conjunto dos antigos Lagares D'El Rei, Moganes e Central Eléctrica. Nestas visitas, foi abordada uma possível musealização destes espaços.



DESPORTO

Novo impulso para centro desportivo de Lamego

O ministro da Juventude e Desporto garantiu, no dia 19, em Viseu, uma nova fase para o Complexo de Apoio às Actividades Desportivas (CAAD) de Lamego, depois de vários anos de semiparalisação de um dos mais importantes centros de estágio do centro do País.

José Lello admitiu que o CAAD de Lamego, que já foi considerado um dos mais bem equipados centros de actividades desportivas de Portugal, mas a atravessar actualmente uma fase atribulada, pode ser importante para apoio ao Europeu de Futebol de 2004.

«Essa possibilidade existe desde que algumas das equipas que vão estar em Portugal para disputar o Euro-2004 entendam recorrer a este centro para os seus estágios de preparação para esta competição», disse o governante, admitindo que «vão ser necessários vários investimentos» e que «essa possibilidade será acolhida com grande interesse pelo ministério».



CULTURA

Colectânea bilingue de Camões

No âmbito das comemorações dos 500 anos do Mosteiro dos Jerónimos, o ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, esteve presente, no dia 23, no lançamento da colectânea bilingue de Luís de Camões, em dois volumes, integrada na colecção «Os Poetas e o Mar».

O lançamento desta colectânea, realizado no Antigo Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos, foi uma iniciativa do Instituto Português do Património Arquitectónico/Ministério da Cultura, com o apoio da Caixa Geral de Depósitos.

Os dois volumes intitulam-se «Sulcando o Mar» - poemas de «Os Lusíadas»; e «Amador e Amada» - poemas da Lírica.

A selecção e prefácio foram da responsabilidade de Leonor Carvalho Buescu e são editados postumamente, em virtude do falecimento inesperado da mesma.

Na mesma ocasião, também foi feita apresentação pública do primeiro livro da colecção que tem por título «O Mar sem Fim» - poemas de «Mensagem» de Fernando Pessoa, o último dos poetas que foi recolhido no Mosteiro dos Jerónimos.

Silvina Rodrigues Lopes, docente da Universidade Nova de Lisboa, foi a responsável pela escolha dos textos e autora do prefácio.



ECONOMIA

Portugal perde com liberalização de trocas têxteis com Paquistão

O Governo considera que a decisão da Comissão Europeia de eliminar direitos aduaneiros e aumentar as quotas de importação previstas até 2005 de produtos têxteis originários do Paquistão tem impacto negativo na indústria têxtil portuguesa.

O ministro da Economia disse, no dia 18, que o Executivo português prepara uma reacção nas frentes interna e externa ao acordo da Comissão com o Paquistão, explicado pela conveniência em ajudar este país, de forma a pagar o seu apoio à iniciativa internacional liderada pelos EUA de atacar os talibã.

Em Portugal, o Governo estudou um conjunto de medidas que possibilitem à indústria têxtil ter condições para superar impactos negativos, no âmbito do programa operacional da economia.

«Em conjugação com o ministério dos Negócios Estrangeiros - acrescentou Braga da Cruz -, estão em preparação acções junto da Comissão Europeia e dos Estados-membros da UE para limitar o previsto impacto negativo.

EDUCAÇÃO

Transparência nas verbas para ensino privado

O ministro da Educação, Júlio Pedrosa, reconheceu, no dia 18, que é preciso uma absoluta transparência na aplicação dos dinheiros públicos no ensino particular e cooperativo em Portugal, numa reunião em que o problema foi levantado pela Fenprof.

A necessidade de criar mais cursos para formar professores de ensino especial, foi outro assunto abordado com o ministro. Em cima da mesa estiveram também assuntos como a rede escolar, a gestão das escolas e os quadros e concursos pedagógicos.

EQUIPAMENTO SOCIAL

Transportes: Livro Branco é globalmente positivo

O Livro Branco sobre a política europeia de transportes para 2010, recentemente apresentado pela Comissão Europeia, é «polémico, requer ajustamentos, mas é positivo», considerou, no dia 18, no Porto, Ferro Rodrigues. «O documento reconhece que existem regiões periféricas com especificidades que se continuam a debater com problemas de acessibilidades resultantes quer da insuficiência das infra-estruturas existentes, quer de estrangulamentos que comprometem a interoperabilidade do sistema», considerou o ministro do Equipamento Social. Ferro Rodrigues falava na sessão de abertura do VI Congresso da Associação Nacional dos Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), que decorreu na cidade Invicta. Entre as medidas anunciadas pelo livro branco, o titular da pasta do Equipamento destacou a adopção da proposta de directiva sobre harmonização das interdições de circulação de veículos pesados de mercadorias. «A diversidade das regulamentações nacionais coexistentes nesta matéria compromete uma adequada organização da actividade transportadora e constitui um factor de distorção das condições de concorrência em prejuízo dos operadores rodoviários dos países periféricos», disse. Ferro Rodrigues afirmou ainda «subscrever as preocupações da comissão quanto a uma necessidade de uma reestruturação do sector».



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portugal e Venezuela suprimem vistos diplomáticos

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela, coronel Luis Alfonso Dávila, assinou, no dia 18, com o seu homólogo português, Jaime Gama, um acordo bilateral de supressão de vistos em passaportes diplomáticos, consulares e de serviço. A assinatura deste acordo «é um marco» nas relações entre os dois países, afirmou o chefe da diplomacia portuguesa, explicando que este se integra no âmbito de um acordo geral de cooperação bilateral em várias áreas, de revisão de um vasto número de acordos antigos que estão ultrapassados. Alguns desses acordos deixaram parcial ou totalmente de se aplicar devido à entrada de Portugal na Europa comunitária, indicou Gama.



PESCAS

Mais licenças para pesca em majoeira

A Secretaria de Estado das pescas autorizou, no dia 18, mais 30 licenças para pesca em majoeira em todo o País, particularmente na zona da Nazaré, de modo a apoiar pescadores com dificuldades económicas. Esta pesca, feita durante o Inverno com redes lançadas a partir da costa para a apanha de robalo e sargo, é «uma actividade de subsistência para muitas famílias» e a sua «legalização está relacionada com questões sociais e não com questões económicas», explicou José Apolinário, secretário de Estado das Pescas. Em declarações à Imprensa, o governante salientou que foram autorizados no ano passado cem licenças para este tipo de pesca nas capitânias do Douro, Aveiro, Figueira da Foz e Nazaré. Contudo, «para apoiar alguns grupos sociais mais carenciados», a Secretaria de Estado decidiu aumentar para 130 o número de licenças, cabendo 40 à capitania da Nazaré. Nesta vila piscatória, «a pesca tradicional, em arte xávega, é feita por muitas famílias que não têm



outro modo de subsistência pelo que se impunha o aumento das licenças de majoeira», explicou Apolinário. Até ao dia 15 de Novembro, os pescadores de arte xávega podem reclamar as suas licenças que têm validade até ao final de Abril de 2002. A majoeira «é uma pesca de subsistência autorizada por questões sociais e tem de ser enquadrada de forma a não prejudicar os restantes utilizadores da praia», notou ainda o secretário de Estado, salientando que as redes deverão ser lançadas em locais definidos pelas capitânias.

PLANEAMENTO

Requalificação de Acessibilidades

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, presidiu, no dia 19, na sede do Governo Civil da Guarda, à assinatura de 33 projectos relativos à primeira fase do Programa de Requalificação de Acessibilidades na Serra da Estrela. Trata-se da primeira fase do programa designado por «Acção Estrutural Prioritária da Acção Integrada de Base Regional (AIBT) da Serra da Estrela», no valor de 8,6 milhões de contos, que abrange os municípios de Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, distrito da Guarda, de Belmonte e Covilhã, distrito de Castelo Branco, e de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra. A iniciativa tem como objectivos principais a melhoria das acessibilidades internas, ordenamento do tráfego e a qualificação e protecção ambiental que, segundo o Ministério do Planeamento «concretizar-se-ão a partir de intervenções de reabilitação e requalificação da rede viária interna, da criação de circuitos, regulação dos tráfegos e da criação de parques de estacionamento nas bases das vertentes». A primeira fase do programa desenvolve-se até 2002, com apoio do Programa Operacional da Região Centro e do Programa Operacional do Ambiente.



SAÚDE

Horas extraordinárias para profissionalização de urgências

O ministro da Saúde, Correia de Campos, disse, no dia 19, em Braga, que as verbas gastas em horas extraordinárias nos hospitais portugueses poderão servir para profissionalizar os serviços de urgência. «Não há qualquer guerra entre o Ministério e a Ordem dos Médicos por causa das horas extraordinárias», garantiu em declarações aos jornalistas, frisando depois que o trabalho extraordinário representa 36 por cento das remunerações pagas aos médicos e enfermeiros. Adiantou que está em estudo a possibilidade de se envolver pela profissionalização dos Serviços de Urgência, o que permitirá melhorar a sua capacidade e, ao mesmo tempo, libertar os médicos de outras especialidades, que ali trabalham 12 horas por semana, para as tarefas que lhe estão adstritas.



TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Recuperar dívidas à Segurança Social em 2002

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou, no dia 18, que pretende recuperar 100 milhões de contos de dívidas à Segurança Social, no próximo ano. Até Agosto deste ano, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade recuperou 46 milhões de contos e prevê, até ao final do ano, recuperar mais de 70 milhões de contos. O valor previsto para 2002 é superior em 42,8 por cento ao estimado para este ano. «A perspectiva é acelerar o ritmo de recuperação de dívida, porque o Ministério do Trabalho e da Solidariedade contará com novos instrumentos», explicou Paulo Pedroso. Um dos instrumentos referidos pelo ministro é a criação das secções de cobrança da segurança social, quando, até agora, os processos passavam pela rede do sistema fiscal. «A criação das secções vai permitir triplicar o número de processos», afirmou Pedroso. Além disso, «a reestruturação orgânica» do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) permitirá «maior agilidade», apontou o governante, sublinhando que «o novo sistema informático vai permitir a sinalização imediata dos atrasos».



RESTRIÇÕES À VENDA E CONSUMO DE ÁLCOOL

O Executivo socialista, reunido no dia 18, decidiu fixar restrições à venda e consumo de bebidas. Em Portugal, os problemas ligados ao consumo de álcool têm registado, nos últimos anos, um agravamento traduzido no aumento do consumo global. Por outro lado, numerosos estudos têm vindo a demonstrar que a iniciação no consumo de álcool ocorre geralmente na adolescência.

O Plano de Acção Contra o Alcoolismo – PACA (resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2000, de 29 de Novembro) estabeleceu um conjunto de orientações, em áreas diversificadas, em ordem a combater o consumo excessivo ou o abuso de bebidas alcoólicas, envolvendo simultaneamente, uma componente de estudo e investigação do fenómeno do álcool e do seu consumo tendo em vista a promoção e a educação para a saúde.

Neste contexto, após a criação de uma Rede Alcoológica Nacional e das recentes alterações ao Código da Estrada, relativas aos níveis de alcoolémia, adoptam-se através do decreto-lei aprovado medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas por parte de jovens com idade inferior a 18 anos.

Em termos sucintos, o diploma estabelece, como medidas mais relevantes, as seguintes restrições, que passam a ser sujeitas a coimas que vão de 498.80 • a 3740.98 • (pessoas singulares) e de 2493.99 • a 29927.87 • (pessoas colectivas):

- Proibição de venda de bebidas alcoólicas, e consumo no local de venda a menores de 18 anos; pessoas notoriamente embriagadas e indivíduos que apresentem anomalia psíquica. Cria-se, porém, um regime especial para o vinho e a cerveja com álcool, cuja interdição de venda e consumo vale até aos 16 anos.

- Proibição de instalação de estabelecimentos de restauração, de estabelecimentos de bebidas e de estruturas ambulantes, que vendam bebidas alcoólicas, em torno de estabelecimentos escolares ou dirigidos

fundamentalmente a crianças e jovens.

- Proibição de venda de álcool em máquinas automáticas de acesso público e livre e nas cantinas e bares localizados nos estabelecimentos de saúde; [as restrições à venda de bebidas alcoólicas (e seu consumo) nas cantinas e bares dos restantes serviços públicos são objecto de portaria, a entrar em vigor juntamente com este diploma, na qual apenas se permite o consumo de vinho e cerveja nos locais e horários de refeição].

Com estas medidas restritivas, nomeadamente as referentes às classes etárias de 16 e 18 anos, Portugal aproxima a sua legislação da actualmente em vigor em diversos países da União Europeia, nomeadamente, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Holanda e Reino Unido.

Por forma a assegurar uma completa informação aos consumidores são agora definidas regras relativas à afixação de avisos que esclareçam o público sobre as novas regras de venda e consumo de álcool e cujo não cumprimento está sujeito a coimas que vão de 124.70 a 997.60 • (pessoas singulares) e de 498.80 • a 4987.98 • (pessoas colectivas).

PUB em mudança

Um decreto-lei que altera o Código da Publicidade, aprovado pelo decreto-lei n.º 330/90, de 23 de Outubro

Na sequência da aprovação do Plano de Acção contra o Alcoolismo – PACA, o Governo prevê alterações ao Código da Publicidade nos seus artigos 17.º e 39.º, estabelecendo determinadas restrições à promoção de bebidas alcoólicas, designadamente a proibição de publicidade a bebidas alcoólicas na televisão e na rádio, entre as 7 e as 22 horas e 30 minutos; a proibição de associar a publicidade a bebidas alcoólicas aos símbolos nacionais consagrados no artigo 11.º da Constituição da República Portuguesa; e a proibição de publicidade a bebidas alcoólicas nos eventos praticados por menores.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas;
- Um decreto-lei que altera o Código da Publicidade;
- Uma resolução que prorroga pelo prazo de um mês a garantia assumida pelo Estado Português através de resolução de Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 2001;
- Uma resolução que aprova o Plano de Estratégia de Gestão de Resíduos de Origem Animal, resultante da protecção contra as encefalopatias espongiformes transmissíveis;
- Um diploma que altera o artigo 6º do decreto-lei que estabelece o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;
- Uma resolução que aprova o Programa Integrado da Cooperação Portuguesa 2002;
- Um decreto-lei que instala o Tribunal da Relação de Guimarães e fixa o respectivo quadro de magistrados;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria os órgãos consultivos do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas e estabelece os critérios de representatividade das organizações que integram esses órgãos;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei que aprova as Bases do Interprofissionalismo Florestal;
- Um decreto-lei que altera o regime de acesso ao posto de subchefe da Polícia de Segurança Pública;
- Um diploma que alarga, por mais um ano, o período transitório previsto no artigo 1º do decreto-lei que regula transitoriamente o regime das promoções do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública;
- Um decreto-lei que transpõe, para o direito interno, a directiva comunitária relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitante aos alimentos e ingredientes alimentares tratados por radiação ionizante, e a legislação europeia referente ao estabelecimento de uma lista comunitária de alimentos e ingredientes alimentares tratados por radiação ionizante;
- Um diploma que altera a redacção do n.º 1 do artigo 1º do decreto-lei que estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a Administração Central e um ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias destes;
- Um decreto regulamentar que cria as carreiras de Inspeção da Solidariedade e Segurança Social no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e no Instituto da Solidariedade e Segurança Social;
- Um diploma que altera a resolução do Conselho de Ministros n.º 20/98, de 6 de Fevereiro, que constituiu a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Emprego;
- Uma deliberação que propõe ao Presidente da República a nomeação do major-general Mário de Oliveira Cardoso para o cargo de comandante da Brigada Mecanizada Independente.



O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADO JORGE COELHO

Administração Pública

NÃO HAVERÁ DESPEDIMENTOS EM MASSA



«Com o PS no Governo não haverá em Portugal despedimentos massivos na Administração Pública.» Foi esta a garantia deixada, no dia 18, na Assembleia da República, pelo

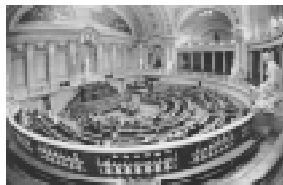
deputado socialista Jorge Coelho.

«O Partido Socialista discorda, é contra qualquer política que promova o despedimento massivo de trabalhadores, seja na Administração Pública seja em qualquer outro sector», reiterou o parlamentar e coordenador da Comissão Permanente do PS, durante uma intervenção no hemiciclo de São Bento em que fez a defesa da proposta do Executivo de Orçamento de Estado (OE) para 2002.

O deputado socialista considerou que a proposta de Orçamento «vai ao encontro dos desafios mais profundos que se colocam ao País e às famílias portuguesas» e que cumpre os compromissos do PS de construção «de uma sociedade mais moderna, mais desenvolvida, mas também mais solidária».

Jorge Coelho avançou com cinco argumentos para justificar que se trata do orçamento que melhor serve Portugal: o aumento do investimento público em sete por cento, o corte nas despesas públicas, a aposta na marca social, a competitividade fiscal e o combate à fraude fiscal.

Concretizando, o deputado e dirigente do PS assegurou que o OE vai «aumentar a



competitividade, criar riqueza, servir de alavanca ao crescimento do País e subir o emprego», enquanto, por outro lado, consagra uma proposta que «se traduz no combate aos desperdícios».

No entanto, afirmou que «o rigor e a contenção não são feitos à custa da marca central do Governo PS – a solidariedade, a marca social». Em matéria fiscal, Coelho defendeu que as opções tomadas desenvolvem a economia e «contribuem para o melhor funcionamento das empresas e do mercado de capitais».

Para o deputado do GP/PS, a solução encontrada em matéria de mais valias «adapta-se à nova situação global em que vivemos sem abdicar de nenhum dos princípios aprovados na reforma fiscal».

Admitindo que o documento «ainda pode ser melhorado», Jorge Coelho lançou um reperto aos deputados para que se «insiram numa lógica construtiva de procurar encontrar um bom orçamento e o mais consensual possível».

GP/PS

Proposta de lei

CONGELAMENTO DE CONTAS BANCÁRIAS «TERRORISTAS»

O Executivo apresentou, na passada quinta-feira, no Parlamento, uma proposta de lei do que prevê sanções para o incumprimento de directivas de congelamento de contas bancárias suspeitas de ligações a terroristas. O diploma, que visa garantir em Portugal a aplicação do regime sancionatório aprovado na União Europeia (UE), prevê penas de três e cinco anos de prisão para entidades ou pessoas que não cumpram as directivas para o congelamento de contas bancárias suspeitas de ligações com actividades terroristas.

Na sequência dos atentados ocorridos nos EUA, a UE adoptou diversas sanções, nomeadamente financeiras, a Estados ou outras entidades, ou ainda a indivíduos, com o objectivo de garantir o respeito pelas decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas em matéria de combate ao terrorismo.

A inexistência de um regime comum entre os Quinze faz com que, segundo os

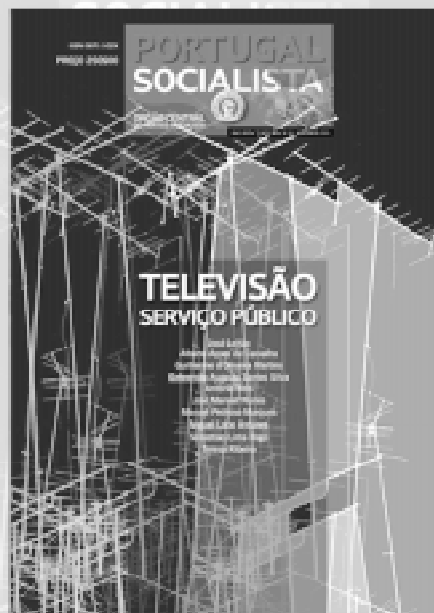
regulamentos comunitários, cada Estado-membro adopte o seu próprio regime a fim de o aplicar «a todas as situações susceptíveis de conduzirem ao incumprimento das sanções decretadas» a contas suspeitas de terem ligações a actividades terroristas.

Na proposta são ainda estabelecidos «procedimentos cautelares», como a possibilidade de «arresto preventivo de fundos e recursos de entidades ou pessoas não incluídas no âmbito subjectivo de incidência das normas jurídicas internacionais».

Mostrando-se de acordo com o essencial da proposta, os partidos com assento parlamentar, incluindo a bancada socialista, criticaram diversos aspectos do articulado, anunciando a intenção em o rever em sede de especialidade.

O ministro das Finanças, Oliveira Martins, alertando para a necessidade do processo legislativo ser expedito, disse concordar com a aperfeiçoamentos.

PORTUGAL SOCIALISTA



Com entrevista a Augusto Santos Silva

JÁ À VENDA

TELEVISÃO SERVIÇO PÚBLICO

CONFERÊNCIA

Portugal defende

IMIGRAÇÃO DEVE REGULAR-SE PELO MERCADO DE TRABALHO

Portugal defende uma política de imigração comum à União Europeia, que permita uma abertura regulada do fluxo imigratório em função das necessidades de mão-de-obra, afirmou o ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira.

À margem da Conferência Europeia de Migração, realizada na semana passada, o ministro mostrou total sintonia com a proposta da Comissão Europeia de definir uma política de imigração equilibrada e realista, por entender que é preciso acabar com dois mitos.

«Primeiro, ultrapassar o mito da política de "imigração zero", por outro lado, acabar com o mito de uma política de imigração aberta e desregulada», considerou.

Acrescentou que «a posição portuguesa é de completa consonância com a europeia, isto é, defende uma abertura regulada do fluxo imigratório em função da capacidade que o mercado de trabalho tem de absorver essa mão-de-obra».

O ministro da Administração Interna defende



que «a integração económica é a primeira condição para a integração social e cultural dos imigrantes».

É nesse sentido, segundo o governante, que a política de imigração portuguesa se tem orientado, ao basear-se em três eixos fundamentais: a regulação do fluxo

imigratório, a fiscalização e a integração.

«A regulação do fluxo imigratório em função das necessidades do mercado de trabalho foi um dos pontos ensaiados este ano e que será aperfeiçoado no próximo», afirmou. Já quanto à fiscalização, «há a intenção de agilizar a imigração económica legal, mas

também de combater, firmemente, a imigração ilegal».

«Neste momento», adiantou, «dispomos já de instrumentos legais que nos permitem criminalizar a angariação de mão-de-obra ilegal».

«Relativamente à integração, trata-se de uma política intergovernamental com uma relação estreita à sociedade civil, de longa duração e mais complexa, mas para a qual têm de ser dados passos concretos», acrescentou. A Conferência Europeia de Migração, que decorreu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, contou com a participação de delegações ministeriais dos Estados-membros da União Europeia (UE), dos países candidatos, de países terceiros e de organizações não-governamentais.

Organizada pela presidência belga, e com o envolvimento do Conselho, Comissão e Parlamento Europeu, a Conferência teve como objectivo promover o debate político sobre a questão da imigração e desenvolver o consenso em torno das propostas apresentadas pela Comissão Europeia no sentido de se criar uma política comum.

SEGURANÇA

António Vitorino afirma

ALARGAMENTO EXIGE NOVA GERAÇÃO DO SISTEMA DE SCHENGEN

A integração de novos países na União Europeia (UE) exige uma segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS), pois será a única forma de abolir as fronteiras internas dos futuros Estados-membros.

Esta posição foi defendida no dia 22, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, pelo comissário europeu da Justiça e Assuntos Internos, camarada António Vitorino, que frisou ser o SIS um elemento-chave do espaço comunitário sem fronteiras.

A necessidade do SIS II decorre de o actual sistema estar preparado para receber dados de 18 países, o que será ultrapassado com o futuro alargamento.

No debate no plenário de Estrasburgo sobre o SIS II interveio o camarada Luís Marinho. O eurodeputado socialista e vice-presidente do PE considerou o novo Sistema de Informação de Schengen como «indispensável para a garantia da segurança no Velho Continente».

Luís Marinho defendeu que o financiamento

comunitário na estruturação do novo sistema «é passível de dar coerência à nova natureza comunitária» da base de dados de Schengen.

O camarada Luís Marinho associou ainda o SIS II às novas medidas de segurança no quadro da luta antiterrorista.

O eurodeputado socialista afirmou que a segunda geração do sistema se «mostrasse hoje indispensável» para detectar ameaças decorrentes da circulação de nacionais de países terceiros, para permitir

detenções provisórias de delinquentes passíveis de extradição e para a vigilância de pessoas perigosas».

Luís Marinho defendeu que se avance desde já com o SIS II, e que o financiamento deste projecto seja suportado pelo orçamento comunitário.

Para o eurodeputado socialista, só novas formas de «informação e cooperação judicial on-line e in tempo serão capazes de garantir a segurança dos cidadãos europeus».

BRUXELAS

Pescas

ACORDO UE/GUINÉ PROLONGADO POR UM ANO

A União Europeia e a República da Guiné chegaram a acordo para prolongar por mais um ano o actual protocolo do acordo de pescas, de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2002.

Segundo a Comissão Europeia «as condições mantêm-se idênticas às actuais



assim como as contrapartidas financeiras». Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia têm barcos de pesca a operar em águas guineenses no âmbito deste acordo.

As possibilidades de pesca negociadas incluem 1500 toneladas brutas registadas de camarão, 2500 toneladas de peixe/moluscos e ainda 68 barcos para a pesca

do atum.

A contrapartida financeira da UE é de 2,96 milhões de euros por ano (quase 600 mil contos).

Deste montante, quase metade será aplicado na tomada de medidas para promover a investigação científica, a supervisão, o controlo e a formação, entre outras.

TIMOR-LESTE

Gama afirma

EDUCAÇÃO É A PRIORIDADE DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

«O povo de Timor-Leste é extraordinário, único»

Ian Martin (representante da ONU que liderou o processo de referendo em Timor-Leste)

Mari Alkatiri (visita oficial de oito dias) e Xanana Gusmão (visita particular de cinco dias) estão em Portugal para discutir o futuro de Timor. Os dois dirigentes multiplicam-se em contactos com as autoridades portuguesas e sociedade civil, recolhendo apoios para o processo de reconstrução e restauração da independência em Timor-Leste, numa semana marcada também pelo lançamento em Lisboa do livro «Autodeterminação em Timor-Leste», de Ian Martin, e da apresentação do filme «Timor Lorosae – O Massacre que o Mundo Não Viu», da actriz brasileira Lucélia Santos.

O ministro-chefe de Timor-Leste e secretário-geral da Fretilin, que iniciou na segunda-feira uma visita de oito dias a Portugal, destinada, sobretudo, a deixar um desafio aos empresários portugueses para que invistam no território, recebeu a garantia do ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, que o apoio bilateral português a Timor-Leste em 2002 vai ascender a 5,17 milhões de contos (25,787 milhões de euros). Jaime Gama, que falava na segunda-feira, no final de uma reunião, em Lisboa, com o ministro-chefe de Timor-Leste, Mari Alkatiri, disse que a prioridade da cooperação continuará a ser a educação, sobretudo o ensino superior e a difusão da língua portuguesa.

No encontro com Gama, Alkatiri ficou a conhecer a proposta do PIC (Plano Indicativo da Cooperação) para 2002, que especifica que montantes do auxílio português se destinam a cada área. O documento será agora negociado com a administração timorense.

Além dos apoios bilaterais, coordenados pelo Comissariado para o Apoio à Transição em Timor-Leste, padre Vítor Melícias, Portugal participa ainda na reconstrução e desenvolvimento de Timor-Leste através de fundos internacionais, nomeadamente o que suporta os investimentos e as despesas da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste).

Assim, este ano a contribuição global portuguesa deverá ser, segundo Jaime Gama, da ordem dos 20 milhões de contos (99,759 milhões de euros), dos quais 5,9 milhões de contos (29,429 milhões de euros) investidos na cooperação bilateral.



Timor-Leste Apoio português à reconstrução ascende a 40 milhões de contos

A ajuda portuguesa à reconstrução de Timor-Leste desde que grande parte do território foi devastada por anti-independentes e militares indonésios, em Setembro de 1999, ascende a cerca de 40 milhões de contos (199,5 milhões de euros).

A maior parte deste montante (cerca de 23 milhões de contos, 114,7 milhões de euros) destinou-se ao fundo internacional («trust fund») que suporta os investimentos e as despesas da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste).

Em ajuda bilateral - isto é, concedida directamente, através do apoio aos mais diversos projectos -, Portugal investiu os restantes 17 milhões de contos (84,7 milhões de euros). Este total, gerido pelo Comissariado para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATT), proveio quase na totalidade dos Orçamentos do Estado. Exceptuam-se 1,5 milhões de contos, também geridos pelo gabinete do padre Vítor Melícias, responsável máximo pelo CATT, através do Fundo de Solidariedade Portugal/Timor, que recolheu os contributos dos cidadãos portugueses que quiseram ajudar na reconstrução do território. Após o «Setembro negro», e devido aos seus efeitos, o apoio português centrou-se sobretudo na assistência humanitária, para mais recentemente passar a ser a educação, com o envio de professores portugueses e de material escolar, a reorganização do sistema educativo ou a reconstrução de escolas.

A educação, em que se integra a vertente da difusão da língua portuguesa - a língua oficial do futuro país -, deverá, aliás, continuar a ser uma das prioridades do CATT em 2002, ano em que o gabinete de Vítor Melícias deverá dispor de uma verba a rondar os cinco milhões de contos.

No futuro, Portugal tenciona manter o apoio bilateral, estando a ser preparada a assinatura, «no dia a seguir à independência» (prevista para Maio), de um acordo-quadro de cooperação, além de um acordo na área consular e da abertura da embaixada portuguesa em Díli, anunciou ainda Jaime Gama.

Por sua vez, Mari Alkatiri salientou de novo o significado de ser Portugal o destino da sua primeira visita oficial desde que assumiu a chefia do Governo.

Nesta deslocação, o ministro-chefe tenciona sobretudo «preparar novos caminhos» do relacionamento com Portugal, já que a situação em Timor-Leste entrou numa «nova fase», em que o principal ponto é o desenvolvimento do território.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião, os dois ministros foram ainda questionados sobre o relatório do secretário-geral das Nações Unidas que prevê a manutenção de uma missão internacional em Timor-Leste após a declaração da independência, mas com menos elementos que a actualmente existente.

Mari Alkatiri recordou que este é o cenário desde há muito previsto, afirmando que espera que as Nações Unidas se mantenham no território por «mais dois ou três anos».

Por sua vez, Jaime Gama salientou que a redução do número de efectivos da missão é «a prova maior do sucesso da operação» actualmente em curso.

A redução, prosseguiu o ministro português, demonstra que a UNTAET foi «capaz de gerar a formação necessária» para que existam já forças de defesa e policiais timorenses.

Quanto à participação portuguesa na missão internacional, garantiu que «Portugal vai seguramente» continuar a integrá-la a todos os níveis, embora o número de pessoas envolvidas acompanhe a redução verificada globalmente.

Portugal tenciona igualmente continuar a receber bolsheiros timorenses para frequentarem escolas superiores portuguesas, acrescentou.

De salientar que durante os oito dias que permanecerá em Portugal, Mari Alkatiri tem encontros agendados com o Presidente da República, presidente da Assembleia da República, primeiro-ministro e vários membros do Governo, para além de reuniões com personalidades dos mais diversos quadrantes e sectores da sociedade portuguesa.

Por outro lado, Xanana Gusmão, que se encontra no nosso país, desde o passado domingo, para além de encontros com o Presidente da República e primeiro-ministro, o antigo chefe da resistência timorense, participa em diversos eventos, entre os quais a conferência inaugural do Instituto Internacional para o Intercâmbio e os estudos Asiáticos, intitulada «A construção do Estado democrático de Timor-Leste», realizada ontem, no Porto.

J. C. C. B.

INVESTIMENTOS EM QUALIDADE

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, expôs, no dia 18, em Lisboa, os propósitos do Governo socialista no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2002.

O investimento público vai aumentar em todas as regiões portuguesas, excepto na região de Lisboa e Vale do Tejo.

O anúncio foi feito por Elisa Ferreira numa conferência de Imprensa sobre a afectação das verbas do PIDDAC.

A tendência subjacente ao programa de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração pública para 2002 é de «reforço dos meios em todas as regiões, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo», declarou a governante.

No total, as despesas de investimento público subirão 7,2 por cento no próximo ano, para 1.331 milhões de contos, com a maior parcela dos fundos concentrada na



região Norte (34,3 por cento) e Lisboa e Vale do Tejo (32 por cento).

Apesar de continuar a receber quase um terço do investimento, a região de Lisboa e Vale do Tejo receberá menos no próximo ano, baixando o seu peso relativo de 41,5 por cento em 1999 para 32 por cento em 2002.

O Algarve, com 4 por cento da população, vai receber do PIDDAC 5,8 por cento do investimento público, correspondentes a 66,9 milhões de contos.

O abrandamento do investimento na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em termos relativos, é uma tendência que já vem de trás, justificada pela autonomia da região e pelo grau de desenvolvimento e peso do investimento privado.

«A quota da região Norte no PIDDAC está a aproximar-se do peso da sua população no total», declarou Elisa Ferreira.

De acordo com os censos de 2001, o Norte reúne 37,4 por cento da população portuguesa.

O investimento em Lisboa e Vale do Tejo pressupõe agora um investimento «em qualidade» e menos em quantidade,

acrescentou.

Segundo a ministra, as prioridades do Governo prendem-se com a «construção de infra-estruturas públicas, a modernização de empresas, o apoio à agricultura e ao desenvolvimento regional».

No leque dos domínios fundamentais da política do PIDDAC incluem-se ainda a política de ciência e tecnologia e a importância da qualificação dos recursos humanos.

Com estas prioridades, o Executivo pretende «aproximar Portugal da Europa» e melhorar a competitividade nacional, acrescentou Elisa Ferreira.

PIDDAC – sector governativo

Ministérios	Valor
Encargos Gerais da Nação	5,1
Juventude e Desporto	23,1
Negócios Estrangeiros	6,1
Equipamento Social	551,5
Defesa	3,8
Administração Interna	9,6
Finanças	5,9
Economia	138,3
Trabalho e Solidariedade	37,9
Justiça	35,1
Planeamento	29,9
Agricultura, D. R. e Pescas	170,9
Educação	90,9
Saúde	66,8
Ambiente e Ord. Território	55,1
Cultura	28,1
Ciência e Tecnologia	68,4
Ref. Estado Adm. Pública	3,4

Nota: Valores em milhões de contos.

Equipamento e Desporto crescem

O maior crescimento das verbas do PIDDAC no conjunto dos ministérios, em 2002, vai ocorrer no do Equipamento Social e no da Juventude e Desporto, de acordo com os dados divulgados por Elisa Ferreira.

O ministério de Ferro Rodrigues vai ver os fundos para investimento que lhe são atribuídos pelo plano de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração central aumentarem, face a 2001, em 31,2 por cento para 551,5 milhões de contos.

As necessidades de investimento associadas ao campeonato de futebol Euro-2004 puxaram as verbas destinadas ao Ministério da Juventude e Desporto para os 23,1 milhões de contos em 2002, um acréscimo de 58,1 por cento.

Na parte do PIDDAC relativa ao capítulo 50, que define a participação do Estado no total do investimento, destaca-se o aumento significativo do Ministério da Juventude e Desporto (82,8 por cento), resultante do co-financiamento público das obras dos novos estádios de futebol.

PIDDAC regionalizado (percentagem)

Regiões	1999	2002
Norte	28,7	34,3
Centro	17,4	18,0
Lx e Vale do Tejo	41,7	32,0
Alentejo	8,1	9,8
Algarve	4,1	5,8

CEM MILHÕES DE CONTOS EM INCENTIVOS AO INVESTIMENTO

Incentivos a projectos de investimento no valor de 100 milhões de contos de serão pagos pelo Executivo socialista a empresas portuguesas.

A informação foi avançada no passado sábado, dia 20, em Braga, pelo titular da pasta da Economia, Braga da Cruz.

«Dentro de um mês estarão entregues 25 milhões de contos e até ao final do ano atingir-se-á os 100 milhões», afirmou, assinalando que o atraso na entrega dos fundos comunitários se ficou a dever ao facto de a

«máquina» do ministério ter recebido e analisado 21 mil candidaturas, número que não era previsível.

O governante falava na sede da Associação Industrial do Minho, num jantar com empresários sobre as perspectivas da economia portuguesa para o ano de 2002.

O ministro salientou que das 21 mil candidaturas aos incentivos do Plano Operacional da Economia, 7.550 forma já aprovadas e homologadas, o que representa um total de 2800 milhões de contos de investimento nos próximos anos em sectores

como o comércio, indústria e turismo.

Garantiu que o processo está agora em fase de pleno desenvolvimento, já que as unidades de gestão dos diferentes programas conseguiram dar resposta a um tão elevado, e inesperado, número de candidaturas, para o qual inicialmente não estavam preparadas.

Na sua alocação inicial, Braga da Cruz combateu a ideia de que o Ministério da Economia vai ter uma baixa acentuada de verbas no próximo Orçamento de Estado, explicando a descida da «fatia» que lhe cabe

com o facto de, ao contrário do que sucedeu no corrente ano, não haver, em 2002, a mesma entrada de verbas provenientes de devoluções no âmbito de apoios financeiros a empresas no âmbito do PEDIP 2.

Referiu-se ao Orçamento de Estado, dizendo que ele mantém claramente uma função de apoio social, com 53 por cento das verbas para os sectores da Saúde, Segurança Social e Educação, e considerou viável um crescimento superior a dois por cento do Produto Interno Bruto (PIB), com uma inflação anual de 2,5 a três por cento.

SISTEMA ESTÁ GARANTIDO PARA TODO O SÉCULO XXI

O sistema público de Segurança Social está bem e recomenda-se. Nas «condições económicas e sociais previsíveis», o sistema português de Segurança Social tem um «horizonte de garantia de futuro por todo o século XXI», assegurou na semana passada, no Porto, o ministro do Trabalho e da Solidariedade. Cairam assim por terra, mais uma vez, as ondas de alarmismo com que alguns economistas neoliberais e muito pós-modernos – na maior parte ao serviço de interesses privados que viam no fundo de pensões mais um rico negócio - tentaram durante os últimos anos intoxicar a opinião pública, com o objectivo central de dismantlar o sistema público universal de Segurança Social.



Desta forma, continuou, «as contribuições dos trabalhadores e dos empregadores são desoneradas dessa responsabilidade e passam a concentrar-se na lógica do seguro social, ou seja, nos benefícios a que as pessoas têm direito porque descontaram ao longo da sua vida». Este reforço das dotações do Governo traduz igualmente, segundo Paulo Pedroso, a aposta em que a despesa pública «cresça em torno da despesa útil para os cidadãos e, portanto, das prestações que correspondem a efectivas necessidades». «É necessário que este seja um País onde se dá mais a quem mais precisa», considerou, salientando que «a luta contra a

pobreza em Portugal mais que quadruplicou o seu peso na Segurança Social nos últimos anos».

No domínio do financiamento, a nova lei de bases promove a concretização do princípio da solidariedade, nomeadamente intergeracional, conjugando as técnicas de repartição e capitalização, «com um reforço claro desta última».

Neste âmbito, e já a partir de 2002, uma parcela correspondente a dois dos 11 pontos percentuais das cotizações dos trabalhadores à capitalização pública será canalizada para um fundo de reserva gerido pelo Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS).

No próximo ano, esta medida será concretizada mediante a transferência inicial para o FEFSS de 137,3 milhões de contos (685 milhões de euros).

De acordo com Paulo Pedroso, o objectivo é que, em 2010, o FEFSS esteja em condições de garantir dois anos de pagamento.

A nova lei de bases prevê ainda a integração do orçamento do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social no OSS, de forma a «reforçar o escrutínio parlamentar sobre a gestão daquelas reservas» do sistema.

Segundo o ministro, serão também objecto de capitalização pública de estabilização os saldos anuais do subsistema previdencial, as receitas da alienação do património e os ganhos das aplicações financeiras.

No âmbito da nova lei de bases da segurança social, destaca-se ainda o novo quadro de financiamento, de forma tripartida, da

protecção garantida no âmbito do subsistema «protecção à família» e das medidas especiais, nomeadamente relacionadas com políticas activas de emprego e formação profissional.

Ao abrigo deste novo quadro, prevê-se que as receitas fiscais venham a financiá-lo em 50,0 por cento a partir de 2005, contra os actuais 20,0 por cento.

Em 2002, passará também a ser aplicada uma nova fórmula de cálculo das pensões que visa reforçar a sustentabilidade financeira do sistema e uma maior justiça social, mas «salvaguardando os direitos, adquiridos e em formação, dos contribuintes».

De um modo «gradual e progressivo», o cálculo passará a basear-se nos rendimentos do trabalho revalorizados de toda a carreira contributiva.

Promoverá ainda uma «diferenciação positiva das taxas de formação das pensões, mais favoráveis para carreiras mais longas e para beneficiários de menores recursos».

Ano de «clara reafirmação das políticas sociais», 2002 será também marcado, segundo Paulo Pedroso, por um «maior rigor na administração dos sistemas de Segurança Social e uma forte responsabilização da sociedade».

Neste sentido, passará a ser divulgada no dia 15 de cada mês a execução orçamental da segurança social.

Segundo a proposta do OE, o Ministério do Trabalho e Solidariedade terá uma dotação de 1.073 milhões de contos (5.363,5 milhões de euros) em 2002, contra os 739 milhões de contos (3.686,7 milhões de euros) que deverão ser gastos este ano.

Salientando que o Orçamento de Estado (OE) para 2002 é o primeiro que reflecte a nova lei de bases do sistema de Solidariedade e Segurança Social. Paulo Pedroso referiu que nele se materializa uma «redefinição de responsabilidades». «As transferências do OE para o Orçamento da Segurança Social (OSS) crescem 32,2 por cento (para 664 milhões de contos – 5.363,5 milhões de euros), o que significa que a solidariedade nacional para com as pessoas desfavorecidas passa a ser assumida integralmente pelo OE», disse.

AUMENTO DE RECEITAS SUPERA PREVISÕES

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade anunciou, no dia 18, que as receitas das contribuições e juros de mora para a Segurança Social cresceram 9,6 por cento para 1.268,2 milhões de contos, nos primeiros oito meses do ano face a igual período do ano passado. Esta taxa de crescimento é superior em 1,1 pontos percentuais ao orçamentado para o corrente ano, e também superior em quase três pontos percentuais ao crescimento homólogo nominal da economia portuguesa (6,76 por cento). O ritmo de crescimento das receitas das contribuições e juros de mora mais do que duplica ainda o ritmo de crescimento dos preços em Portugal, que foi, nos dois primeiros quadrimestres e face a igual período de 2000, de 4,6 por cento, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). Globalmente, no mesmo período, as receitas da Segurança Social aumentaram 7,7 por

cento, relativamente ao período homólogo de 2000, totalizando 1.757 milhões de contos. Este ritmo de crescimento supera em 0,3 pontos percentuais o previsto no orçamento rectificativo. Está, também, acima do ritmo de crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) e da inflação.

Ao valor referido da receita global acrescentam-se 82.248 milhões de contos de «saldo do ano anterior», ou seja, de dinheiro previsto no anterior Orçamento do Estado (OE) e que passou para o corrente orçamento.

A receita global, acrescida do saldo anterior, totalizava 1.839,2 milhões de contos, em Agosto.

Das componentes da receita, destacam-se, também, os 46 milhões de contos de «recuperação de dívidas de contribuições», nos oito primeiros meses do ano.

O único problema existente nesta vertente, respeita às transferências. Enquanto as correntes «apresentam um comportamento

ligeiramente acima da previsão orçamental», as de capital «situam-se muito aquém da receita obtida em igual período do ano anterior».

A explicação para o facto de as transferências de capital se encontrarem 58,4 por cento abaixo do montante verificado em igual período de 2000 é o atraso na transferência de verbas do Fundo Social Europeu (FSE) de Bruxelas para Portugal.

«Apenas foi transferidos, até ao final de Agosto, 11,8 por cento do valor orçamentado para todo o ano», afirma o ministério.

Para suprir as dificuldades criadas pelos atrasos, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade recorreu à linha de crédito negociada com a Caixa Geral de Depósitos (para estabilizar os fluxos financeiros para os programas co-financiados), tendo já utilizado 27,2 milhões de contos.

Do lado da despesa, regista-se um crescimento de 8,6 por cento, para 1.613,4

milhões de contos, segundo valores já expurgados do efeito do referido «saldo do ano anterior».

Incluindo o valor do saldo de 2000, a despesa sobe 13,8 por cento, para 1.691,2 milhões de contos.

As despesas correntes (prestações sociais, de acção social, administração e programas/projectos) totalizaram 1.480,4 milhões de contos, excedendo em 9,7 por cento a despesas realizadas nos dois primeiros quadrimestres de 2000, mas, realça o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, esta taxa fica um ponto percentual aquém do orçamentado para 2001.

O dinheiro empregue em pensões subiu 10,3 por cento (0,4 pontos percentuais abaixo da variação implícita no orçamento de 2001), enquanto as despesas com prestações de saúde subiram 4,9 por cento, um ritmo de crescimento 3,2 pontos percentuais ao previsto no OE para este ano.

UMA AJUDA PERMANENTE DO OUTRO LADO DA LINHA

«Telealarme» é mais uma iniciativa do Governo do PS destinada aos idosos, em especial todos aqueles que no seu domicílio careçam de apoio, nomeadamente em situação de dependência.

A ideia de «novas tecnologias» está quase sempre associada a uma geração que praticamente se confunde com elas, mas existe uma outra para quem podem significar a diferença entre a vida e a morte.

De facto, ainda que sejam os mais novos os grandes entusiastas na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), também os mais velhos podem encontrar nelas ajuda em situação de emergência ou, muitas vezes, uma resposta para o isolamento.

O Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII) lançou, em 1997, o serviço «telealarme», fruto de um protocolo entre esta entidade a quem é solicitada a instalação do equipamento, a Cruz Vermelha (que opera a central de alarme) e a Portugal Telecom (responsável pela instalação dos terminais e manuseamento técnico).

O «telealarme» é um sistema que presta apoio remoto a idosos ou pessoas em situação de risco e/ou isolamento através da instalação em casa de um telefone com facilidade de alarme.

Os terminais («carephone»), que numa primeira fase eram fabricados por uma marca sueca, são hoje de concepção e fabrico português, sendo agora «mais adequados às necessidades das pessoas idosas», disse Paula Amorim, do PAII.

Exemplificando a vertente de transferência tecnológica do INESC (Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores)



entre investigação realizada no âmbito académico e empresas, a INOV foi subcontratada pela Tape (companhia de telecomunicações e electrónica) para desenvolver estes terminais dirigidos a cidadãos com necessidades especiais.

O INESC procedeu há pouco tempo a uma reestruturação interna que o dividiu num conjunto de instituições com grande grau de autonomia, entre as quais a INOV/INESC Inovação, que desenvolve actividades na área das telecomunicações.

«O terminal consiste numa unidade de base e num pendular que a pessoa traz sempre consigo ao pescoço. Em caso de emergência, o idoso carrega no botão e é efectuada uma chamada para a central da Cruz Vermelha, de atendimento permanente», explicou Paulo Relvas, director do INOV.

Por exemplo, em caso de queda, se a pessoa não for capaz de se levantar, basta pressionar o botão do medalhão que é imediatamente posto em contacto com a

operadora da Central de alarme.

Se o utilizador não conseguir falar, a operadora acciona a rede de apoio local indicada na ficha de inscrição (conjunto de nomes ou instituições de confiança que poderão ajudar o idoso em situação de perigo ou emergência), segundo o investigador.

O telefone especial, pouco maior que os terminais convencionais mas sem teclado numérico, tem capacidade para «memorizar seis números (para além da chamada de alarme), que são identificáveis através de fotografias colocadas na tecla correspondente», continuou.

«Para processar a chamada não é necessário levantar o auscultador, já que a pessoa faz uma ligeira pressão na foto e é desencadeada a chamada», explicou Paula Amorim, referindo a importância que essa funcionalidade pode ter para alguns desses idosos.

«O terminal tem ainda um sistema de comunicação com bi-direccionalidade, ou

seja, permite que o utilizador e o operador da Cruz Vermelha falem em simultâneo», acrescentou.

«Muitas das chamadas são feitas à noite, quando as pessoas se sentem mais sozinhas», indicou ainda.

Apesar das potencialidades que um dispositivo deste género pode significar para pessoas em situação de dependência, ainda só estão instalados 350 terminais em Portugal.

Maior divulgação

No entanto, segundo Paula Amorim, vai haver maior divulgação do serviço a partir do início do próximo ano, nomeadamente através da instalação de centrais de alarme no Porto, Algarve, Açores e Madeira, e da comparticipação dos equipamentos, que requerem uma mensalidade de 2500 escudos.

«Saiu recentemente uma lei que encara este tipo de equipamento como ajuda técnica, logo, se for prescrito por um médico, pode ser obtido gratuitamente», indicou Paulo Relvas.

A equipa do INOV responsável por estes telefones, um conjunto de três pessoas, tem outros projectos direccionados para cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente dispositivos com teclas de maior dimensão, activação por voz ou terminais de texto para surdos.

O maior entrave à divulgação deste tipo de dispositivos é que, apesar de existir um mercado potencial, «às necessidades especiais estão quase sempre associados problemas económicos», disse Paulo Relvas.

Problemas que têm de ser resolvidos para garantir que o acesso à Sociedade da Informação seja, de facto, possível a todos os cidadãos.

CENTROS DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS COM 50 MILHÕES DE CONTOS

O ministro do Equipamento Social anunciou, no dia 18, no Porto, a decisão governamental de investir 50 milhões de contos nos futuros centros de transporte de mercadorias (CTM) de Lisboa e Porto, decorrendo já os necessários estudos de localização e viabilidade técnica.

Estes centros surgirão integrados na rede nacional de plataformas logísticas, cujo plano está a ser elaborado pelo Executivo e irá, em breve, a Conselho de Ministros, adiantou o governante.

Para além dos CTM de Lisboa e do Porto, a rede integrará três outras «infra-estruturas

prioritárias», consideradas «essenciais para a integração logística de Portugal nos espaços ibérico, europeu e internacional»: a zona de actividades logísticas de Sines e os centros de carga aérea de Lisboa e do Porto. O objectivo, frisou, é «potenciar e garantir a intermodalidade e a integração nos corredores multimodais europeus».

Ferro Rodrigues falava na sessão de abertura do sexto congresso da Associação Nacional dos Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), que decorreu na cidade Invicta.

Ferro Rodrigues assegurou que a concretização das plataformas logísticas

«será feita de acordo com um modelo que conta com a participação da iniciativa privada, designadamente dos operadores de transporte e logística».

Conforme explicou, estes serão «accionistas das sociedades a constituir para cada um dos negócios em perspectiva».

O ministro manifestou ainda o empenhamento do Executivo socialista numa política que garanta «elevados níveis de mobilidade das pessoas e das mercadorias, alicerçados numa nova relação entre qualidade/eficiência do transporte e desenvolvimento económico».

Lembrando que o volume do frete rodoviário

«mais do que triplicou nos últimos 30 anos», totalizando 1300 milhões de toneladas por quilómetro em 1999, o governante alertou que, em 2010, o tráfego de pesados de mercadorias na UE aumentaria quase 50,0 por cento face a 1998. «se nada fosse feito para estancar a actual tendência de crescimento».

Algo que resultaria no «agravamento dos níveis de congestionamento que pode comprometer a competitividade da economia europeia» e contribuiria para a manutenção dos actuais elevados níveis de sinistralidade rodoviária, concluiu Ferro Rodrigues.

REFORMA NAS ESCOLAS E HOSPITAIS MILITARES

O ministro da Defesa quer pôr a funcionar, até ao final do ano, estruturas de ensino e de saúde comuns aos três ramos das Forças Armadas com uma Universidade de Ciências Militares e um «serviço central» hospitalar.

Rui Pena quer ver, «muito rapidamente», a centralização dos sistemas ensino e de saúde militares, que actualmente estão dispersas pela Força Aérea, Marinha e Exército, e a sua abertura à sociedade civil.



Em declarações à Imprensa, o ministro da Defesa explicou, sexta-feira, dia 19, que o objectivo é pôr as estruturas de saúde e ensino de cada um dos três ramos «a funcionar conjuntamente e de forma sinérgica», bem como reduzir encargos financeiros com a centralização dos serviços e suprimindo duplicações de meios (nomeadamente as valências médicas).

O trabalho em curso para a concepção e reorganização do sistema de saúde «das Forças Armadas», está já em fase final de elaboração e, por isso, deverá ser esta a primeira das reformas a anunciar, «ainda este ano», disse o titular da pasta da Defesa.

O novo figurino deste sistema, que está já elaborado, passa pela criação, ao nível do Ministério da Defesa, de um «serviço central de saúde militar», que coordenará e centralizará a actividade das unidades hospitalares dos três ramos actualmente existentes.

Ao este serviço central caberá, sobretudo, abrir e pôr a funcionar «conjuntamente e de forma sinérgica» as várias estruturas de saúde militares, permitindo, no final, que os militares possam recorrer livremente às valências hospitalares de qualquer um dos ramos,

independentemente de pertencerem à Força Aérea, Marinha ou Exército.

Paralelamente, os médicos actualmente vinculados apenas a um dos ramos das Forças Armadas poderão ser destacados para prestar serviços de forma permanente ou temporária em unidades hospitalares de um ramo diferente daquele a que pertencem. «No Hospital da Marinha, por exemplo, poderão estar a trabalhar médicos da Força Aérea ou do Exército», exemplificou Rui Pena. Estará ainda a cargo do «serviço central de saúde militar» abrir ao exterior as unidades de saúde dos ramos, articulando-as com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) através da disponibilização das suas «capacidades excedentárias».

«Vamos aumentar a capacidade dos serviços comuns e estabelecer um sistema de saúde militar comum aos três ramos das forças armadas, à família militar e também com a disponibilidade da sua capacidade excedentária para o serviço da própria comunidade, ou seja, integrar essa capacidade excedentária no SNS», disse Pena.

A ideia, enfatizou o ministro, não é «criar um hospital central» (como chegou a ser

pensado), mas sim «aproveitar as valências que existem neste momento, integrá-las, pô-las a funcionar conjuntamente e de forma sinérgica, aumentando as suas potencialidades e pô-las ao serviço de todos os militares de cada um dos ramos».

Em causa não está, por isso, a extinção dos «serviços médicos operacionais» que actualmente apoiam cada um dos ramos das FA, mas apenas uma «reorganização com reforço da operacionalidade», que não passa pela «alteração de estruturas físicas».

Universidade de Ciências Militares

Outra das reformas que Rui Pena quer ver concretizada «muito rapidamente» é a do sistema de ensino militar, nomeadamente a centralização dos actuais estudos superiores dispersos pelos ramos numa única Universidade de Ciências Militares.

Actualmente existem, para formação de oficiais superiores, o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, o Instituto de Altos Estudos Militares e o Instituto Superior Naval de Guerra e três academias que ministram formação superior nos três ramos: Academia da Força Aérea, Academia Militar e Escola Naval.

A formação ao nível técnico está a cargo do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea, da Escola Superior Politécnica do Exército e das Escolas da Armada.

O novo estabelecimento de ensino superior a criar será frequentado por militares dos três ramos ou por «alunos civis» e terá um «plano de estudos unificado» nos primeiros anos, subdividindo-se depois nas «especialidades inerentes a cada um dos ramos».

Um dos objectivos centrais da criação da Universidade de Ciências Militares é integrar o seu plano de estudos «no âmbito das universidades portuguesas» por forma a que «não haja uma especificidade de estudos para as FA e que estas não se sintam discriminadas relativamente à sociedade civil em geral».

«Isto faz com que alunos civis possam frequentar cursos militares e os militares possam frequentar cursos civis, sem prejuízo das respectivas carreiras e ulterior profissionalização», defendeu o ministro da Defesa.

A reforma do ensino militar começou pelo curso superior para oficiais generais, que «já é um curso comum» em «cerca de 90 por cento», prossegue com a «formação de oficiais superiores» e terminará com a «unificação» das academias da Força Aérea, Militar e a Escola Naval.

Tal como na saúde, a palavra de ordem no ensino militar é «utilizar sinergias» e «eliminar duplicações e redundâncias» para «reduzir custos», mas também cumprir um outro objectivo: «que cada um dos membros das FA se sinta membro das FA e não exclusivamente da Marinha, do Exército ou da Força Aérea».

Relativamente ao estabelecimentos militares de ensino secundário (Colégio Militar, Pupilos do Exército e Instituto de Odvelas), Pena sublinha que este «não é um problema das FA», mas sim do Ministério da Educação, estando em curso um «esforço de conjugação» entre os dois ministérios.

POR UMA ARQUITECTURA INTERNACIONAL MAIS EQUILIBRADA

O primeiro-ministro português, António Guterres, declarou-se grato ao Presidente venezuelano, Hugo Chávez, pela relação de «grande solidariedade» com a comunidade portuguesa e «preocupação com o seu bem-estar».

Guterres, que falava aos jornalistas, no dia 18, no final de um almoço com Chávez, classificou o encontro de «reunião de trabalho muito útil».

A comunidade portuguesa na Venezuela ascende a cerca de 400 mil pessoas. O chefe do Executivo português assinalou o

interesse do País em «fortalecer as relações bilaterais» com a Venezuela, do ponto de vista económico e cultural, adiantando ser igualmente importante a cooperação de âmbito regional, entre a União Europeia (UE) e organizações como o Mercosul.

A propósito, expressou o desejo de Portugal de que «progrida tão rapidamente quanto possível a integração regional na América do Sul», quer ao nível do Mercosul, quer da Comunidade Andina.

Tal permitiria uma «arquitectura mais equilibrada a nível internacional», sublinhou Guterres. A este propósito, Chávez considerou que «a

América Latina deve ter em conta o modelo europeu de integração para criar o seu próprio modelo de integração».

O chefe de Estado venezuelano disse ter analisado também com Guterres o modo como Portugal beneficiou da integração na UE, adiantando estar particularmente interessado nos objectivos sociais da integração.

Declarando-se satisfeito por estar numa nação «amiga e irmã», Hugo Chávez referiu ter convidado António Guterres a visitar a Venezuela para continuarem «a percorrer o caminho da cooperação».

Abordada foi ainda a próxima cimeira ibero-

americana, marcada para Novembro, e que Chávez classificou de «muito importante», bem como a situação internacional e o combate ao terrorismo.

Sobre esta questão, Guterres disse ter analisado com Chávez a possibilidade de «aproveitar a situação actual para dar impulso à resolução de muitos conflitos, que não só o do Médio Oriente».

A situação do mercado petrolífero, devido à descesca do preço do petróleo, e a luta contra a pobreza foram outras das questões abordadas no almoço entre os dois governantes.



Fafe

Autarquia vai elaborar plano estratégico do concelho



A Câmara Municipal de Fafe deliberou recolher propostas para a execução de um plano estratégico do concelho, numa altura em que está em curso a revisão do Plano Director Municipal, instrumento essencial da gestão e planeamento do concelho e que se aproxima a execução de novas acessibilidades para servir o concelho.

Lisboa

Curruleira: o fim de mais um bairro de barracas

Nomes como Casal Ventoso, Curruleira, Bairro Chinês e Musgueira vão passar já este ano à história se a Câmara de Lisboa mantiver o ritmo de entrega de casas novas aos antigos moradores dos bairros de barracas.



No passado dia 15, foi a vez das últimas 130 famílias do bairro da Curruleira começarem a ser realojadas no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), através do qual a autarquia já construiu mais de 17 mil fogos.

Além destas, até ao final do ano, a Câmara Municipal de Lisboa irá continuar a realojar famílias, de forma a conseguir atingir o objectivo de acabar com todas as barracas da capital em 2001.

«Tudo estará resolvido até ao final do ano. Só restarão situações muito pontuais, como o caso dos moradores de uns pré-fabricados do Alto de Santo Amaro e que não querem abandonar as casas de maneira alguma», explicou o vereador responsável pelo pelouro da Habitação, camarada Vasco Franco.

Mais chaves de casas novas

Assim, até Dezembro, diariamente a autarquia irá entregar mais chaves de casas

novas a famílias abrangidas pelo PER. «Todos os dias estamos a entregar chaves, embora não sejam realizadas cerimónias especiais para o assinalar», sublinhou o autarca.

Na fase final, está também o processo de realojamento dos habitantes da Quinta Marquês de Abrantes e Alto dos Moinhos. Até ao fim de Novembro, será a vez de terminar o realojamento das famílias da Quinta do Louro, metade das quais já estão em casas novas, e das Galinheiras, bairro onde há poucos dias foram entregues as primeiras chaves das novas habitações. Relativamente ao Casal Ventoso, um processo que segundo Vasco Franco está a ser directamente tratado pelo presidente da autarquia, está previsto que os três últimos núcleos de famílias sejam realojados também durante o mês de Novembro.

«O PER barracas estará assim concluído até ao fim do ano, conforme foi prometido», frisou o vereador responsável pelo pelouro da Habitação.

Para o próximo ano fica apenas a resolução de casos que, embora sejam abrangidos pelo PER, não dizem respeito a famílias moradoras em barracas.

Um desses casos é o realojamento dos moradores do Bairro da Cruz Vermelha: «Houve alguns atrasos na construção dessas casas que só devem ficar prontas em Março ou Abril do próximo ano», referiu o autarca.

Contudo, e em virtude dos atrasos na entrega das novas casas, a autarquia deu a estas famílias a possibilidade de serem realojadas na Ameixoeira, uma proposta, que segundo Vasco Franco, não foi aceite por nenhum dos agregados familiares, que preferem esperar um pouco mais e mudar-se para próximo do local onde estão agora.

«Também em 2002 serão realojadas mais algumas pessoas que vivem em empreendimentos que terão de ser demolidos por questões urbanísticas e nada têm que ver com o problema das barracas», acrescentou o camarada Vasco Franco.

Nessa lista incluem-se famílias que vivem no vale de Chelas, Musgueira Norte e Rio Seco. «Vamos conseguir realojar dentro dos prazos todas as famílias que tinhamos prometido e mais algumas centenas que, inicialmente não estavam abrangidas pelo PER, como o caso das Galinheiras e do Bairro da Liberdade. É o fim de uma história que começou há quase uma década», disse Vasco Franco.

Uma história que pode também ser vista numa exposição fotográfica que está patente nos Paços do Concelho.

Exposição

De acordo com o vereador responsável pelo pelouro da Habitação, a exposição abre com duas grandes fotografias aéreas da cidade de Lisboa: «uma datada de 1989, onde se podem ver todos os bairros de barracas da cidade, e outra tirada este ano onde se vê os 55 novos bairros construídos pela autarquia no lugar das barracas», sublinhou.

Além de muitas outras fotografias dos antigos bairros de barracas e das novas casas, a

exposição inclui ainda uma listagem exaustiva das «centenas de equipamentos que foram também construídos neste âmbito» e o investimento realizado em cada um dos bairros.

Loulé

Mais um troço da circular

«Este trabalho que começa a dar frutos é um esforço de muita gente, nomeadamente dos técnicos da Divisão Jurídica e do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Loulé», afirmou Vítor Aleixo, presidente da Câmara de Loulé, durante o arranque das obras do troço sul da circular de Loulé.



Este troço, da inteira responsabilidade da autarquia, tem uma estimativa orçamental de cerca de 300 mil contos, prevendo-se que esteja concluído em finais de Julho/Agosto de 2002.

Lousã

Comemorações dos 850 anos do foral

No âmbito das comemorações dos 850 anos do foral da Lousã, a Câmara Municipal da Lousã organizou no dia 20, na biblioteca municipal, uma conferência subordinada ao tema «Arquitectura popular na região de Coimbra – o caso da Lousã», pelo Núcleo dos Arquitectos da Região de Coimbra. Esta iniciativa inseriu-se no âmbito do programa das comemorações dos 850 anos do foral da Lousã.

Portimão

VII Exposição Filatélica Nacional Juvenil



A escola secundária Manuel Teixeira Gomes foi palco no dia 18 da sessão de inauguração da «Portimão 2001 – VII Exposição Filatélica

Nacional Juvenil» e do lançamento da série comemorativa do centenário do nascimento de Walt Disney.

A exposição, que esteve patente até ao dia 24, foi visitada por numeroso público.

Santo Tirso

Câmara investe 56 mil contos na segurança de peões

A Câmara Municipal de Santo Tirso já pôs a concurso a construção de 229 passadeiras para peões em todo o concelho, visando a melhoria da segurança dos municípios.



Para Castro Fernandes, presidente da autarquia, está é mais uma iniciativa que visa aumentar a segurança de peões e condutores em todo o concelho.

As passadeiras - construídas em cubos de calçário - serão implantadas nas freguesias de Santo Tirso, Vila das Aves, S. Martinho do Campo, S. Tomé de Negrelos e Rebordões.

Vila Real de S. António

Novo interceptor de esgotos

O município de Vila Real de S. António adjudicou a terceira fase do novo sistema de interceptação e tratamento de esgotos do concelho, que corresponde à construção do interceptor da Av. da República, na cidade pombalina.



O novo interceptor - que irá custar cerca de três milhões de euros (600 mil contos) - insere-se num programa de investimentos de cerca de 25 milhões de euros (cinco milhões de contos) que a edilidade tem em curso desde 1998 na área do saneamento básico.

Marcha-passeio na mata nacional

A Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Vila Real de S. António e a Delegação nacional do Instituto Nacional de Desporto organizam uma marcha-passeio aberta a toda a população, no próximo domingo, dia 28 de Outubro.

PS EM MOVIMENTO

BAIXO ALENTEJO

Comunicado da Federação

A Federação do PS/Baixo Alentejo, num comunicado do dia 23, «anuncia que concorre às eleições autárquicas no distrito de Beja, com listas próprias e completas, a todas as Câmaras Municipais, a todas as Assembleias Municipais e a todas as Freguesias».

No comunicado, a Federação «saúda todas as Comissões Políticas Concelhias pelo excelente trabalho realizado e por terem conseguido cumprir os objetivos traçados».

Para o PS/Baixo Alentejo, «os candidatos e o projecto político que comportam, honram a democracia e constituem uma esperança forte e determinante, no sentido do progresso e do desenvolvimento do Baixo Alentejo».



CALDAS DA RAINHA

Vera Jardim candidato à Assembleia

O ex-ministro da Justiça, Vera Jardim, é o candidato do PS à Assembleia Municipal das Caldas da Rainha.

O anúncio foi feito pela Comissão Política Concelhia local do PS.

O presidente da Comissão Política, camarada João Pedro Correia, afirmou que Vera Jardim representa «uma mais-valia para as listas do PS», contribuindo para «dignificar a Assembleia Municipal através do seu discurso e da sua presença».

O camarada João Pedro Correia sublinhou que esta é a primeira vez que o ex-ministro aceita um cargo para uma autarquia e que na base da decisão está o facto de Vera Jardim «se considerar um caldense» uma vez que viveu durante alguns anos nas Caldas da Rainha.

Depois da apresentação do candidato à Câmara, Herminio Mações, autarca presidente de uma das juntas de freguesia da cidade, o PS anuncia agora uma figura nacional para a Assembleia Municipal num município governado há 16 anos consecutivos pelo PSD.



CASCAIS

Candidatos às juntas

A área da saúde é uma das grandes apostas do camarada José Lamego para Cascais, no quadro de um programa que privilegia a melhoria das condições de vida da população.

O candidato do PS à Câmara de Cascais, camarada José Lamego, anunciou na semana passada que o Centro de Saúde de S. Domingos de Rana, reivindicado há seis anos, ficará concluído até 2003.

Lamego, que falava durante a apresentação formal dos candidatos à presidência das juntas de freguesia do concelho, disse ter garantias da Administração Regional de Saúde (ARS) quanto à abertura do novo centro de saúde.

«Hoje de manhã falei com o presidente da ARS que me garantiu que as obras do centro de saúde de S. Domingos de Rana ficarão concluídas até 2003», afirmou José Lamego.

Quanto à nova extensão da Amoreira do centro de saúde do Estoril, o candidato do PS anunciou ainda que «conseguiu-se a inscrição de 430 mil contos no PIDDAC para a obra». Em matéria de saúde, Lamego considerou estar «bastante satisfeito», razão pela qual afirmou ser uma pasta concluída na sua campanha para as autárquicas.

«A partir de agora vou virar-me para outros temas», referiu, acrescentando que «o próximo será a área do ambiente».

No almoço que serviu de apresentação dos candidatos às juntas de freguesia, José Lamego anunciou uma equipa «coesa e com experiência», onde estão representados socialistas, independentes, jovens e mulheres.

Assim, em Alcabideche concorre Maria Margarida Rodrigues, em Carcavelos surge o nome de Vítor Manuel dos Santos, em Cascais candidata-se Maria José Branco, no Estoril Alfredo Carvalho, na Parede o cabeça de lista à junta é António Rodrigues Tomás, e em S. Domingos de Rana recandidata-se Manuel do Carmo Mendes.

De acordo com Lamego, as listas «obedeceram a critérios de eficiência, com 50 por cento independentes, e de qualidade».

«Esta equipa não terá uma relação conflituosa com o executivo da Câmara, mas sim uma relação reivindicativa que vai evitar em Cascais a criação de plataformas diferentes», sustentou o candidato socialista.



COIMBRA

Convenção Autárquica da JS

O PS aspira a ter «mais votos e maior número de câmaras» do que o PSD, traduzindo este resultado uma «grande vitória» nas autárquicas de Dezembro, disse no dia 20 o dirigente socialista Fausto Correia.

«Um excelente resultado é apenas e só uma grande vitória do PS, com mais votos e maior número de câmaras do que o principal adversário», salientou Fausto Correia. O governante e antigo presidente da Federação de Coimbra do PS falava nesta cidade, em representação do secretário-geral do partido, António Guterres, no encerramento da Convenção Nacional Autárquica da Juventude Socialista.

Fausto Correia frisou que os autarcas são os protagonistas dum poder que «é o mais concretizador» dos poderes em Portugal, desde a Revolução do 25 de Abril.

«A face do País foi mudada pela intervenção a todos os níveis dos autarcas de todos os partidos, sobretudo os do Partido Socialista», referiu.

A secretária-geral da JS, Jamila Madeira, defendeu que as autarquias devem promover a fixação dos jovens nas suas terras de origem, designadamente através de sistemas de incentivos a criar pelas câmaras municipais.

As câmaras, segundo Jamila Madeira, devem também «dinamizar o tecido económico local», de modo a facilitar o acesso dos jovens aos mercados de emprego.

Manifesto aprovado por unanimidade

Estas são algumas das questões abrangidas pelo Manifesto Autárquico da JS, discutido e aprovado por unanimidade.

«É inaceitável», segundo a líder dos jovens socialistas, «que haja ainda terras sem saneamento básico, sem água e sem luz».

Antes do encerramento dos trabalhos da convenção, foi assinada a escritura de constituição da Associação Nacional de Jovens Autarcas Socialistas.

ÉVORA

PS concorre a 13 câmaras

O PS apresenta candidaturas próprias a 13 das 14 câmaras municipais do distrito de Évora e apoia uma lista de independentes em Montemor-o-Novo, nas eleições autárquicas de 16 de Dezembro, anunciou a federação distrital socialista.

O PS decidiu não concorrer à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (CDU), optando por apoiar a lista de independentes encabeçada pelo médico Agostinho Simão.

O Movimento Cívico Pró Montemor (MCPM), que concorre a todos os órgãos autárquicos do concelho, é apoiado pelo PS, com o qual firmou um contrato político, e pelo PP.

Nas autárquicas agendadas para 16 de Dezembro, também se recandidatam os presidentes das três câmaras socialistas do distrito (Reguengos de Monsaraz, Mourão e Portel), sendo as restantes 11 lideradas pela CDU.

Os candidatos do PS às câmaras municipais do distrito de Évora são os seguintes: João Nabais (Alandroal), Francisco Fortunato (Arraiolos), Ângelo de Sá (Borba), José Manuel Varge (Estremoz), José Ernesto de Oliveira (Évora), Francisco Piada (Mora), José Santinha Lopes (Mourão), Norberto Patinho (Portel), Belchior Pinheiro (Redondo), Victor Martelo (Reguengos de Monsaraz), Martinho Vieira (Vendas Novas), António Silva (Viana do Alentejo), Miguel Patacão Rodrigues (Vila Viçosa) e apoia Agostinho Simão, lista de independentes (Montemor-o-Novo).

PS apoia lista de independentes

Excluindo o concelho de Montemor-o-Novo, o PS concorre às restantes freguesias do distrito, com excepção de Juromenha, concelho de Alandroal, em que apoia uma lista de independentes que tem como candidato o actual presidente da junta, Paulo Infante.

FRANÇA

Congresso da Federação

Os socialistas portugueses têm a consciência tranquila, pois fizeram uma política de emigração com coerência e cumpriram o que prometeram em 1995, afirmou o deputado socialista Carlos Luís.

Na sessão de encerramento do Congresso da Federação de França do Partido Socialista, realizado no fim-de-semana em Clichy, arredores de Paris, o deputado eleito pela Europa anunciou domingo que o orçamento para ajudar os emigrantes carenciados será aumentado em 100 mil contos para 2002.

Cerca de 70 delegados, oriundos da região parisiense, Lyon, St. Etienne, Clermont-Ferrand e Bretanha, participaram no Congresso que registou a criação de novas secções e o aumento do número de pedidos de adesão ao PS.

Na sessão de encerramento participaram também Rui Cunha, secretário de Estado do Equipamento, Gilles Catoire, presidente da municipalidade de Clichy, entre outros.

VISITE-NOS NA NET



www.ps.pt



www.partido-socialista.pt/ar

PONTINHA

Apresentação da candidatura do PS

Realizou-se no passado dia 19, na escola primária do Falcão, a apresentação pública da candidatura do PS aos órgãos autárquicos da Freguesia da Pontinha. A cerimónia contou com a presença de Manuel Vargas, candidato à Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador, candidata à Assembleia Municipal de Odivelas, e Vítor Peixoto, presidente da Comissão Política Concelhia do PS, entre outros. «Com a Pontinha no coração» é o lema da candidatura do PS, que tem como cabeça-de-lista a camarada José Guerreiro.



PORTO

Gomes promete referendo

O candidato socialista à Câmara do Porto, camarada Fernando Gomes, reafirmou no dia 17 a intenção de promover um referendo sobre eventuais construções nos terrenos adjacentes ao parque da cidade.

«Se a situação for reversível eu comprometo-me a fazer o referendo», acrescentou. Fernando Gomes, que falava à margem de uma reunião sobre questões ambientais, comprometeu-se a seguir «escrupulosamente» o que for decidido pelos portuenses.

O referendo, segundo o candidato do PS, não podia ter sido feito antes das eleições devido à lei.

«É impossível para se cumprir a lei que ele seja feito neste mandato, logo só há uma solução, que é adiá-lo para o próximo», disse.

Gomes admitiu que sempre defendeu como «útil» para a cidade que aquando do aumento da área do parque «se pudesse ter alguma construção que minimizasse os custos e de alguma maneira possibilitasse a humanização do parque, sobretudo nas áreas mais desertificadas».

«Essa decisão caberá aos portuenses», frisou.

O candidato realçou, no entanto, que «é indispensável tornar claro que o parque que hoje é desfrutado pelos cidadãos não terá nenhuma espécie de construção».

Gomes frisou que «se houver alguma construção será sempre para ampliar a área existente do parque».

Gomes comentou, a pedido dos jornalistas, a recepção na Câmara do Porto de dois pedidos de informação prévia (PIP) para a construção na Avenida da Boavista e na Estrada da Circunvalação de prédios na margem do parque da cidade.

O consórcio proprietário requerente – Ecop, Imoloc e Cofina – é proprietário de 160 mil metros quadrados e, de acordo com as Normas Provisórias já aprovadas, pode construir naquele terreno à margem do Parque da Cidade.

O consórcio apenas pretende edificar naqueles locais parte do projecto idealizado pelo arquitecto Souto Moura, deixando para posterior resolução o caso de uma permuta de terrenos com a autarquia portuense, onde nomeadamente pretende implementar uma torre com 26 andares que gerou alguma polémica.

Do lado da Boavista o desenho de Souto de Moura mantém-se inalterado, enquanto do lado da Circunvalação o consórcio pretende edificar prédios e pavilhões de comércio, que no projecto original estão implantados nos terrenos que já detém.

Este PIP não envolve, portanto, qualquer permuta com terrenos camarários.

Entretanto a Câmara do Porto já ocupou, sem qualquer retorno ao consórcio, terrenos absorvidos pelo Parque da Cidade e pelo novo viaduto da frente marítima idealizado pelo arquitecto catalão Solà-Morales, já a ser utilizado pelo tráfego entre Porto e Matosinhos.

O referendo previsto para 2002 decidirá se a autarquia estabelece a permuta de terrenos que gerou controvérsia e permite ao consórcio construir em novos terrenos adjacentes ao parque ou se opta por lhe atribuir uma indemnização, que poderá eventualmente atingir os 10 milhões de contos (50 milhões de euros).

Gomes considerou «um passo importante» o facto de, nesta fase, o consórcio ter abandonado a construção da polémica torre.

«Isso é já um passo importante no sentido de minimizar o impacto negativo do primeiro projecto», disse.

Sobre o PIP, referiu que «a decisão cabe à Câmara em exercício».

ACTUALIDADE

Jorge Coelho

A DEMAGOGIA



Sob o título «O Demagogo», o director do «Expresso», meu prezado amigo dr. José António Saraiva, escreveu no último sábado um editorial em que se referia à posição que defendi no meu artigo no «DN», há 15 dias, sobre a proposta da AEP de despedimento de 150 mil funcionários públicos.

É um bom tema e um bom debate, pois ele encerra conceitos diferentes sobre o que deve ser a evolução e a modernização do nosso país.

O que o director do Expresso chama de «demagogia» é, afinal, a recusa de despedimentos massivos que atingiriam 150 mil pessoas.

O que o dr. José António Saraiva classifica de «demagogia» é uma política progressiva de redução dos funcionários públicos que já foi aprovada.

«Demagogia» é, para o editorialista, ter em conta que, em primeiro lugar, estão as pessoas e que não são «lixo».

O que separa os nossos pontos de vista tem a ver com questões ideológicas e princípios que norteiam a acção política.

A corrente política em que me revejo não está disposta a sacrificar milhares de famílias com uma decisão radical, quando o mesmo objectivo pode ser conseguido de uma

forma gradual, com menores custos sociais e sem correr o risco de por em causa a coesão nacional. Mais, não é seguro que, mesmo do ponto de vista económico, seja mais favorável a proposta do despedimento massivo de 150 mil pessoas.

A corrente política em que me insiro é a favor da economia do mercado mas é contra a sociedade de mercado.

Quem defende uma política que utiliza como instrumento os despedimentos massivos insere-se num outro campo ideológico. É a lógica do neoliberalismo, que sacrifica tudo à eficiência e a um conceito de modernização que é cega e que, salvo o devido respeito, não está a ter grandes frutos em lado nenhum do mundo. Antes pelo contrário, é um modelo esgotado, sem presente e sem futuro.

Ninguém tenha ilusões. Em Portugal, como já o escrevi, não se resolve nenhum problema por mais complexo que seja, recorrendo a despedimentos massivos de trabalhadores. É preciso encarar os problemas de frente e o Governo está a fazê-lo.

Nos próximos anos vão reformar-se 200 mil trabalhadores. Decidiu-se, e bem, que a partir de agora, por cada quatro que saem entra um. Mais, é condição que os novos quadros da Função Pública tenham uma formação mais elevada e consentânea com as

exigências que se colocam à Administração Pública.

Tudo isto vai ser feito de forma sustentada, respeitando os direitos de todos e criando de forma solidária uma sociedade mais moderna.

Defender isto não é demagogia. Processos idênticos já foram desenvolvidos em alguns países e, até, em algumas empresas. Ainda esta semana o presidente da Lufthansa defendeu para a sua empresa a aplicação da semana de quatro dias porque, segundo foi noticiado, «para Juergen Weber, a alternativa a esta solução é «o desemprego parcial, despedimentos e planos sociais custosos, o que não queremos».

Da mesma forma que tenho estas convicções e valorizo estas opções políticas, reconheço que não há verdades absolutas e não retiro o mérito às pessoas que deram contribuições ao estudo da AEP.

Não tenho qualquer dúvida que, pessoas como o dr. Joaquim Aguiar e o prof. António Borges são personalidades altamente qualificadas e defendem com convicção este tipo de medidas.

O pluralismo e a diversidade de opiniões são o sal da democracia e o motor das transformações, quando assumidas com seriedade e com frontalidade.

Discordar não é «chicana política». O

pluralismo e a diversidade reforçam as sociedades, reforçam a cidadania, promovem o futuro.

No Portugal que defendo, tem tanta legitimidade a AEP e o seu presidente engº Ludgero Marques em promover a elaboração deste documento e lutar pela sua implementação, defendendo assim os interesses que representam, como eu, o primeiro-ministro, o meu amigo dr. Alberto Martins e tantas, tantas outras pessoas que têm uma opinião contrária e lutam convictamente por outro modelo de sociedade.

São rumos diferentes. São opções diferentes. Nenhuma deve ser diabolizada, porque é através deste confronto de posições que os portugueses podem reflectir sobre o que querem e o caminho que consideram mais adequado para defender os seus interesses.

Isto, não é demagogia, isto não é chicana política.

Isto é fidelidade aos princípios e aos valores que convictamente defendo e pelos quais acho que vale a pena lutar.

A única coisa que procuro, no momento em que se fala de consciências, é estar bem com a minha. E sinceramente, nesta matéria, sinto que estou do lado certo e, por isso mesmo, de consciência tranquila.

REFLEXÃO

Rui Iglésias Costal

A ECONOMIA PARA TODOS



Reflectindo acerca dos problemas que atormentam cada vez mais as populações deste planeta, era desejável que se perspectivasse a economia do Ser, como forma de uma nova vivência planetária.

Hoje gasta-se papel em artigos que nos sensibilizam para problemas que nos tocam. Como a segurança individual e colectiva, a fome, a poluição, as religiões, um sem-número de preocupações. Tenho reparado que textos escritos há muitos anos ainda são actuais. No mínimo dá para pensar.

Quando na segunda metade do séc. XIX, já os escritores da Escola Realista abordavam muitos dos problemas que atravessam ainda a nossa sociedade. Evidentemente com as devidas relatividades. Epistemológicas e «cibernéticas».

As profundas transformações sociais que se operavam por via das máquinas a vapor na indústria, nos transportes, na economia e no relacionamento da sociedade, surgiram novos problemas na maneira colectiva de sentir e pensar, completamente diferentes do iluminismo e da Revolução Francesa.

Nas ciências a concepção mecanicista foi ultrapassada. A termodinâmica mostrava a unidade existente entre as várias formas de energia, a química orgânica liga os fenómenos

físico-químicos aos da fisiologia, verifica-se que tudo no mundo tem uma história desde os corpos celestes até à crosta terrestre, às espécies biológicas, as arquitecturas sociais, aos princípios da justiça aos idiomas.

A nova mentalidade científica e de filosofia não podia deixar de reflectir os problemas humanos, que começavam a agravar-se com a indústria de novo cariz, com a redução de pessoas à condição de assalariados.

Em 1830 os escritores começam a preocupar-se com os novos problemas do humanismo, a escravatura que os mecanismos tomavam dispensável os horários excessivos do trabalho dos operários, o analfabetismo, a miséria e a delinquência, também a infância abandonada. As consequências sociais e morais do lucro eram postas em destaque pelo grande romancista Balzac na «Comédia Humana», a exploração da infância e dos miseráveis, os regimes de prisão são mostrados por Dickens e Victor Hugo.

Havia escritores que exaltavam o humanismo e atacavam a burguesia. A nova mentalidade instalada na altura retratava os males sociais na obra literária, relacionadas com as revoluções de 1848 e o aparecimento das primeiras ideologias socialistas, conduziram ao chamado Realismo. Escola que procura na produção desapaixonada da realidade

social e humana e reage contra o individualismo.

Victor Hugo é na altura o grande escritor da literatura humanista e protestativa.

Em 1870 Antero de Quental e alguns companheiros de curso realizam uma série de palestras conhecidas por «Conferências do Casino Lisbonense» para divulgar as novas correntes ideológicas e estéticas dos países mais avançados.

Foi também a influência de Proudhon, através de Antero de Quental, que Eça de Queirós foi conduzido para o Realismo, como necessário para a defesa do progresso humano.

É interessante notar que ao longo dos anos a dificuldade de ultrapassar certos comportamentos, motivados ou despoletados pelas tecnologias que entretanto surgiam.

Se avançarmos no tempo reparamos que o mesmo está a acontecer de uma forma abrupta, exponencial e mais frustrante ao compararmos as épocas, o que aliás é fundamental para o evolucionismo da sociedade, coloca à partida uma preocupação da melhoria do comportamental.

A economia e a evolução tecnológica permitem que o homem possa atenuar as

diferenças materiais, contudo essa diferenciação está a aumentar. A complexidade, o contraditório e a diferenciação estão a dominar o indivíduo. O individualismo está a prosseguir o caminho do absurdo. As atitudes estéticas e éticas têm que se sobrepor, ao novo liberalismo que apenas absorve o lucro como forma última da economia.

Não vai ser mais possível continuarmos na senda do não actuar. As organizações mundiais têm que imprimir e instigar um novo modelo de economia. A da igualdade. Não faz sentido prosseguirmos para formas de destruição que são lentas mas irreversíveis. Nunca se falou e escreveu tanto sobre economia, mas pouco se resolveu a bem das populações.

Penso que um desafio se coloca com bastante força, o de mudarmos este tipo de situação, a de cada vez mais os sobressaltos, as angústias e as ansiedades criadas possam vir a ser resolvidas, porque novas mentalidades surgirão com efectivas e verdadeiras mudanças nas mentalidades das lideranças. Talvez comece pela liderança a verdadeira mutação planetária para uma economia da utilidade e da igualdade contrapondo-se á do lucro pelo lucro a da desigualdade.

PERSPECTIVA

Alberto Martins*

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM NÚMEROS



A capacidade competitiva e a produtividade das economias, sempre em directa articulação com a organização e funcionamento da Administração Pública de um país, exigem uma nova relação entre o Estado e o cidadão.

Esta nova relação rejeita os velhos modelos burocráticos, mas também se afasta da lógica simplista e privatista das teorias neoliberais. Sector público e sector privado têm vantagens e desvantagens bem identificadas, e só temos a ganhar na incorporação das boas práticas funcionais e organizativas de cada sector.

Não nos podemos esquecer do papel regulador, mas também do papel social que o Estado e o emprego público têm assumido nas democracias europeias.

Embora num contexto de contenção da despesa pública, são estes os valores que continuam a orientar o plano de acção de Reforma do Estado e da Administração Pública em Portugal, o qual se conduzirá pelos princípios de rigor e qualidade no domínio do emprego público, mas também ao nível dos modelos de organização e da difusão da sociedade da informação.

Recorde-se que, no âmbito do QCA III, estão em execução duas acções integradas com incidência na Administração Pública: por um lado, o programa operacional sociedade da Informação; por outro, o programa operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social.

No campo das reformas de organização e gestão administrativas, vão ser lançadas medidas como a revisão do Código do Procedimento Administrativo, a racionalização da Administração Directa do Estado e experiências piloto de Autonomias

Contratualizadas de Gestão, bem como novos métodos de avaliação do desempenho no exercício profissional.

No domínio específico da gestão dos recursos humanos temos já um conjunto de medidas de racionalização da evolução dos seus efectivos, através da contenção do seu crescimento e da melhoria do seu perfil formativo. Ao mesmo tempo, e em diálogo com os parceiros sociais, já apresentámos iniciativas legislativas respeitantes ao recrutamento centralizado e à bolsa de emprego, conducente à mobilidade.

O 2º Recenseamento Geral da Administração Pública, agora divulgado, constitui um instrumento essencial de garantia de sucesso desta política. Só com um rigoroso sistema de informação se poderá, a cada momento, conhecer o que temos e somos, apurar as necessidades futuras dos serviços e organismos da Administração.

Os dados agora publicitados, referenciados a 31 de Dezembro de 1999, revelam a existência de 716.418 empregos (que se reportam a 708.159 pessoas) no sector público, que inclui, como se sabe, não só a Administração Central (570.823), como também a Administração Autárquica (116.066) e as Administrações Regionais dos Açores e da Madeira (15.166 e 18.638, respectivamente) e os serviços de apoio aos órgãos de soberania e aos órgãos independentes (5.725).

Relativamente ao valor do emprego registado em Outubro de 1996, data do 1º recenseamento, verificamos um aumento de 30.949 lugares (4,5 por cento), dos quais 18.863 na Administração Central directa e indirecta do Estado, 10.716 na Administração Autárquica, 1.370 nas Administrações Regionais Autónomas e nos serviços de

apoio aos órgãos de soberania e aos órgãos independentes.

No entanto, podemos observar que os sectores de maior crescimento correspondem ao reforço de capacidade instalada na prestação de serviços prioritários para os cidadãos: Educação, Saúde e Segurança Interna. Assim, estão registadas mais 23.153 pessoas no Ministério da Educação, mais 5.869 no Ministério da Saúde e mais 4.545 no Ministério da Administração Interna.

Assim, o crescimento da Educação deve-se, fundamentalmente, ao aumento de efectivos nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico, secundário e superior politécnico - que está, naturalmente, associado à criação de novos estabelecimentos escolares durante o último triénio, ao alargamento da oferta do ensino qualificado, à generalização dos cursos de matriz tecnológica ou científica, à consolidação da rede de ensino superior de medicina e saúde e correspondente acréscimo do número de alunos.

O crescimento de 5.869 efectivos no âmbito da Saúde fica a dever-se, no geral, não só à criação de novos hospitais (Barlavento Algarvio e São Teotónio, em Viseu) como à reorganização de novos serviços de urgência, à criação de centros de saúde, ao desenvolvimento dos serviços de prevenção e tratamento de toxicod dependência e ao reforço de contratação de pessoal especializado e de enfermagem. Retenha-se a contratação neste período de 1.000 profissionais estrangeiros, dos quais cerca de 800 médicos e enfermeiros.

Quanto ao crescimento de 4.545 efectivos verificados no âmbito do Administração Interna, este é quase totalmente justificado

pelo aumento das Forças de Segurança. O aumento dos efectivos policiais, cerca de 5.000 agentes (PSP e GNR), corresponde ao compromisso governamental de reforço da segurança pública.

Poder-se-ia pensar, no entanto, que o peso do emprego público em Portugal seria superior ao da média dos países mais desenvolvidos. A verdade é que se, entre os países da OCDE que divulgaram dados relativos a 1999, o peso médio do emprego público no emprego total é de 15,5 por cento, em Portugal temos um peso de 14,2 por cento na população activa e de 14,8 por cento na população empregada.

A constatação desta realidade não significa que não devam atender aos problemas da estrutura do emprego público. O 2º recenseamento fornece-nos motivos de preocupação quando observamos a repartição dos cargos dirigentes por sexos, a concentração de serviços, organismos e competências em Lisboa e na Administração Central, o aumento da idade média dos trabalhadores, o peso das pessoas com quatro anos ou menos de escolaridade e os índices de mobilidade em relação ao lugar de origem.

A ligeira atenuação ou a persistência destes elementos característicos do emprego público só vem reforçar a justeza das apostas na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; na desconcentração de organismos e serviços da Administração do Estado e na descentralização de competências para os municípios; na renovação e qualificação dos funcionários públicos; e na mobilidade geográfica, departamental e profissional.

*Ministro da Reforma do Estado
#-Público, 03-10-2001

VOLUNTARIADO

Maria Luísa Alves Lopes

A ÉTICA DA SOLIDARIEDADE E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O voluntariado nasce do encontro entre a solidariedade e a cidadania. Não substitui o Estado nem o trabalho remunerado. É a capacidade que a sociedade tem de assumir responsabilidades e de agir por si mesma. É um dever de quem vive em democracia.

É preciso transformar as necessidades sociais em oportunidades de acção para todos os que querem cumprir um dever social e participar activamente na sociedade em que estão inseridos. O primeiro passo deverá ser sempre de ter a iniciativa de agir e de construir algo. O exercício do direito de cidadania não

pode ser limitado ao direito de votar e mesmo esse muitos não o aproveitam. O cidadão deve participar activamente na construção do seu mundo, na melhoria da qualidade de vida, no seu bairro, na sua escola, na biblioteca, no museu, na junta de freguesia, na sua paróquia, onde houver um trabalho de interesse público. Todo o cidadão deve fazer parte de múltiplas iniciativas nas áreas da educação, saúde, cultura, defesa de direitos, meio ambiente, desporto ou outras, criando para si próprio oportunidades de acção. O trabalho voluntário é assim e cada vez mais uma possibilidade de abertura a novas experiências, uma oportunidade de aprendizagem, um meio de criar novos vínculos sociais, novas partilhas, um modo de ser um dos construtores da nova teia social que afirmará um novo sentido

comunitário. Adquirido esse sentido comunitário chegaremos finalmente à situação em que não precisamos que todos sejam bombeiros pois haverá também quem limpe as matas e faça a prevenção necessária para evitar tantas catástrofes. A nova consciência comunitária levar-nos-á ao respeito pela natureza, pelo outro, pelo nosso património comum. Não haverá apenas grupos de voluntários a reconstruir e a limpar monumentos, haverá uma consciência comum de que a destruição não é o caminho. Não haverá grupos a promover a inclusão social, haverá a consciência plena de que somos de facto diferentes e essa é a nossa maior riqueza e não um meio de exclusão.

Muitas das lutas que os grupos de voluntários desenvolvem só existem

porque houve cidadãos que se demitiram da sua função social. Se cada um cumprisse o seu dever o Estado teria mais capacidade de promover a equidade social.

Deixámo-nos de agir, agora é preciso retroceder e redescobrir oportunidades de acção. Mas um dos caminhos pode ser o de fortalecer o voluntariado apoiando as instituições que desenvolvem já trabalho nesta área. Os meios de comunicação social têm um papel importante a desempenhar. Divulgar um bom projecto na área do voluntariado também é notícia. Mostrar quem age e divulgar os seus projectos também é notícia.

Um caminho faz-se passo a passo e cada passo tem a medida de quem o dá e dos obstáculos que encontra pelo caminho.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pintura em Abrantes

O pintor João Alexandre expõe os seus trabalhos, até ao dia 11 de Novembro, na Galeria Municipal. A mostra pode ser visitada de terça-feira a sábado, entre as 14 e as 20 horas, e aos domingos, das 15 às 19 horas.

Fado em Albufeira

A partir de amanhã e até ao dia 31, assista, no Estúdio Alfa, à segunda sequela da comédia «American Pie – O Ano Seguinte», um filme assinado por James B Rogers, com Jason Biggs, Chris Klein e Shannon Elizabeth. A final do V Concurso do Fado Amador – «Cidade de Albufeira» decorre este sábado, dia 27, no Auditório Municipal, pelas 21 e 30. No dia 29, à mesma hora, o Largo Engenheiro Duarte Pacheco será palco de um espectáculo de folclore europeu.

Romance em Coimbra

Amanhã, sexta-feira, pelas 18 e 30, Pires Laranjeira vai apresentar, no auditório da Casa Municipal da Cultura, o romance mais recente do escritor angolano Pepetela, «Jaime Bunda, Agente Secreto».

Instalação em Faro

«The Parallele Mistake» (instalação), de Realtime – produção conjunta (João Castelinho e Nuno Rocha) será inaugurada no dia 27, às 18 horas, na Galeria Trem. A mostra estará patente ao público, até 24 de Novembro, de segunda-feira a sábado, entre as 10 e as 13 horas, e das 14 às 18 horas.

Cabaré em Guimarães

Fatucha Leite (voz), Juca Rocha (piano) e alguns músicos convidados, actuam hoje, a partir das 21 e 30, no Ultrimum Café Jazz Café, num espectáculo de cabaré. «O Pior Que Podia Acontecer» é o título do filme realizado por Sam Weisman, em exibição, a partir de amanhã e até ao dia 31,

no Cinema São Mamede. A sede da Junta de Freguesia de Urgeses será palco, este sábado, às 21 e 30, do espectáculo teatral «Pierrot e Arlequim», numa representação do Teia XVIII – Grupo de Teatro. Também no dia 27, realiza-se, no Centro Histórico, a partir das 11 e 30, a tradicional Feira Medieval. A sugestão do auditório da Universidade do Minho recai, este domingo, dia 28, sobre a película «Antes Que Anoiteça», de Julian Schnabel, com projecção marcada para as 21 e 45.

Cinema em Lisboa

«O Bandolim do Capitão Corelli», de John Madden; «Jay e Silent Bob Contra-Atacam», de Kevin Smith; «Danos Colaterais», de Andrews Davis, «Água e Sal», de Teresa Villaverde; «Osmosis Jones», de Peter e Bobby Farrelly; e «The Mystic Masseur», de Ismail Merchant, são as seis fitas debutantes amanhã, nas salas de cinema lisboetas. O pequeno auditório do Centro Cultural de Belém acolhe, amanhã e no sábado, às 21 e 30, «L'Amore Industrioso – Ópera em três actos».

Livro em Loulé

A Câmara Municipal promove o lançamento do livro «Quarteira um Olhar Sobre o Passado», que decorrerá no próximo sábado, dia 27 de Outubro, pelas 15 horas, na Galeria de Arte da Praça do Mar, em Quarteira. Esta obra editada pela autarquia e coordenada por José Ramos, pretende dar a conhecer o passado desta cidade turística, outrora uma vila de pescadores característica do litoral algarvio.

Ópera na Lousã

A autarquia local promove, no dia 27, duas comunicações e três espectáculos, no âmbito das comemorações dos 850 anos do foral da Lousã. As comunicações, a cargo de Carlos Carranca e José Oliveira Barata, intitulam-

se, respectivamente, «Uma Pátria na Cabeça» e Valores da Literatura Popular, sendo proferidas a partir das 16 horas no auditório da Biblioteca Municipal. Pelas 21 e 45, o Cine-Teatro será palco da representação de «Entremez da Emprenhidade», a cargo do grupo de teatro da Associação Ócios e Ofícios. Segue-se «Poesia Para Todos», por Carlos Carranca, acompanhado ao piano pelo maestro Jorge Machado, ao violino pelo professor José Machado e à guitarra por Durval Moreirinhas. A terceira parte deste evento é preenchida com a opereta «A Lenda do Cervo e da Água», de Helder Bruno e Paulo Nunes, com a Orquestra de Câmara da Lousã.

Concerto no Montijo

A mostra «Montijo e o Rio – 100 anos de uma relação» estará patente ao público, até ao dia 28, no Parque de Exposições, de segunda a domingo, entre as 15 e as 19 horas. A Orquestra Metropolitana de Lisboa dará um concerto, no dia 29, às 21 e 30, na Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro.

Teatro em Portimão

«Outonos do Teatro» é a designação genérica do ciclo teatral promovido pela edilidade, a partir de amanhã e até ao dia 18 de Novembro. Ainda este mês (dias 26 e 2), poderá assistir à encenação da peça «Xtórias», pela Arte Pública – Artes Performativas de Beja, às 21 e 30, na antiga Lota. Nos dias 30 e 31, à mesma hora, o cinema da cidade será palco da representação de «As Maravilhosas Aventuras e Viagens do Barão por Terras e Mares», a cargo do Teatro Casa da Comédia. Este sábado, dia 27, às 21 e 30, na Biblioteca Municipal, assista à apresentação pública da obra «Interiores: Uma ajuda aos pais sobre a vida emocional dos filhos», de Pedro Strecht.

Caricaturas no Porto

«Daumier: O génio da caricatura» é o nome da mostra de caricatura que decorre, até ao dia 9 de Dezembro, no Museu Nacional da Imprensa.

Conto em Santo Tirso

A Biblioteca Municipal propõe ouvir, na Sala do Conto, a história de «Moby Dick», no dia 30, às 15 horas.

Tunas e coros em Sintra

No âmbito da iniciativa «Ao Sábado Acontece...», a Casa da Juventude acolhe, no dia 27, às 16 horas, as comemorações do Dia do Idoso, com a participação de tunas e grupos corais.

SUGESTÃO

II Jornadas Literárias Ibero-Americanas

Realiza-se, de 29 a 31 de Outubro, na Casa Fernando Pessoa, a segunda edição as Jornadas Literárias Ibero-Americanas, sob o lema «Duas Línguas, Duas Literaturas». Trata-se de um encontro entre o público leitor e um leque alargado de seis escritores de língua portuguesa e outros tantos de língua castelhana. A representar o idioma de Camões estarão os escritores Leonor Xavier, Rosa Lobato Faria, Adília Lopes, António Manuel Pina, Possidónio Cachapa e Francisco José Viegas. Luís Sepúlveda (Chile), Ramón Díaz Eterovic (Chile), Carmen Yáñez (Chile), Juan Gabriel Vásquez (Colômbia), Mario Delgado Aparain (Uruguai) e José Manuel Fajardo (Espanha) participam em representação do idioma de Cervantes. As jornadas, que decorrem entre as 18 e as 20 horas, incluem três mesas-redondas moderadas pelo notável escritor chileno Luís Sepúlveda, decorrendo sob o lema «A Cozinha do Escritor», numa reflexão sobre as condições políticas, económicas, sociais e culturais que influenciam e determinam o ofício literário.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Capital

Casas, carros, casas, casos.
Capital
encarcerada.

Colos, calos, cuspo, caspa.
Cautos, castas. Calvos, cabras.
Casos, casos... carros, casas...
Capital
acumulado.

E capuzes. E capotas.
E que pêsames! Que passos!
Em que pensas? Como passas?
Capitães. E capatazes.

E cartazes. Que patadas!
E que chaves! Cofres, caixas...
Capital
acautelado.

Casos, coxas, queixos, cornos.
Os capazes. Os capados.
Corpos. Corvos. Copos, copos.
Capital,
oh! capital,
capital
decapitada!

David Mourão-Ferreira

In «Lira de Bolso»
Publicações D. Quixote, 2ª ed.
1971



VISTO DE BRUXELAS

Manuel dos Santos*



A COESÃO POLÍTICA DA EUROPA É INDISPENSÁVEL

Os trágicos acontecimentos de 11 de Setembro vieram pôr a nu uma situação que muitos suspeitavam mas a maioria não ousava identificar. Refiro-me ao ainda longo caminho que a Europa tem de percorrer até que o seu pilar político se aproxime, em termos de coesão e eficácia, do pilar económico. Conforme tem afirmado, repetidamente, o primeiro-ministro, António Guterres, a União Europeia é, para já, um anão político, mesmo que às vezes pareça ser um gigante económico. Esta apreciação não será novidade mas torna-se preocupante se constataremos que pouco se fez, no passado recente, para superar esta situação. O alargamento aos países de Leste tem sido o pretexto para reforçar a organização da União e reorientar o equilíbrio de poder mas também para relançar a teoria do directório da qual não existem alguns dos países mais poderosos da Europa. Os tempos de crise são particularmente adequados para medir a coesão e solidariedade entre os grupos, as pessoas e, por maioria de razão, os Estados e, normalmente, os resultados não são brilhantes.

É inequivocamente o que está a suceder hoje com a União Europeia. Os Quinze foram incapazes, inicialmente, de assumir uma posição inequívoca e, sobretudo, eficaz sobre os ataques aos Estados Unidos. É certo que a Europa não tem, nem de perto nem de longe, um esboço de forças armadas, nem revela muita vontade de as vir a ter, mas é exactamente aí que reside o problema. Os líderes europeus não podem esperar que sejam sempre os Estados Unidos a resolver os seus problemas e a assegurar a paz no continente, como sucedeu recentemente no Kosovo, e, simultaneamente, criar condições, pelo seu exemplo e pelas suas omissões, para que as opiniões públicas europeias façam daquele país o satá universal que impede a paz e o desenvolvimento. O reforço político da União Europeia é o único e verdadeiro caminho disponível, mesmo para aqueles que defendem, por boas razões, a necessidade de limitar o papel de «policia único» no Mundo aos Estados Unidos. Só que o reforço político da União Europeia não é possível, nem eficaz, se passar pela exclusão de alguns, tidos estatisticamente como menos

importantes mas, na verdade, indispensáveis, pela sua história, cultura e capacidade de entenderem o Mundo Global e os seus desenvolvimentos, para essa tarefa. Defender e insistir a formação de um núcleo de países de vanguarda que deve orientar o caminho da Europa, como foi mais uma vez tentado pela França, pela Grã-Bretanha e pela Alemanha é o pior caminho e só poderá criar dificuldades à concretização daquele objectivo. E mais do que inconsequente, essa atitude acaba por ser oportunista e mais do que inconsequente, porque surge na sequência e a propósito de um grave problema mundial, perante o qual a Europa não foi capaz, desde o início, de se assumir a sua responsabilidade. Acresce ainda que esta nova tentativa de conduzir a Europa pelos Grandes resulta de considerações de exclusivo interesse nacional e, no caso da França, parece mesmo resultar de um detestável jogo eleitoral. Se já é difícil reforçar a Europa política nas actuais circunstâncias, esse reforço torna-se impossível se assentar na hipocrisia.

*Deputado ao Parlamento Europeu

«Gastar menos em Saúde não parece aconselhável para Portugal, mas gastar melhor, com crescimento controlado, talvez seja uma solução possível»
António Correia Campos
Público, 23 de Outubro

«Não tenhamos medo das palavras: a produtividade do nosso sistema está longe de atingir os seus valores possíveis, e a qualidade de cuidados e a equidade da sua distribuição podem também ser ampliadas, com pequenos acréscimos de encargos»
Idem, ibidem

«Este Orçamento é de centro-esquerda»
Guilherme d'Oliveira Martins
Visão, 18 de Outubro

«Os movimentos especulativos e de curto prazo são movimentos que queremos contrariar»
Idem, ibidem

«Queremos ser rigorosos relativamente ao controlo de transacções para as "off-shores"»
Idem, ibidem

«O cumprimento dos deveres fiscais é um dever de cidadania»
Idem, ibidem

«Se formos dominados pelo pânico, se diminuirmos no essencial os direitos dos cidadãos – os terroristas terão conseguido a sua maior vitória»
José Carlos de Vasconcelos
Ibidem



Quero ser assinante do Partido Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

	Cheque	Vale de correio
6 meses		12 meses
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

	Cheque	Vale de correio
6 meses		12 meses
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
António José Seguro
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

